



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**  
Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente  
Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente  
Coordenação-Geral de Políticas Públicas Socioeducativas

**SOCIO  
EDUCAÇÃO  
PRA  
VALER!**

**SINASE**

**PRA VALER**

## **Relatório dos Encontros Regionais**

**Brasília, 2024**

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

MINISTÉRIO DA  
SAÚDE

MINISTÉRIO DOS  
DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA



## **Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

## **Ministro de Estado do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**

Silvio Luiz de Almeida

## **Secretária Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**

Rita Cristina de Oliveira

## **Secretário Nacional da Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Cláudio Augusto Vieira da Silva

## **Coordenadora Geral de Políticas Públicas Socioeducativas da Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Mayara Silva de Souza

## **Equipe de elaboração**

Ana Luisa Lemos Serra, Ana Carla Costa Rocha, Carolina Moraes, Bárbara Oliveira Andrade, Beatriz Miranda Gomes, Jamyle Gonzaga, Mayara Silva de Souza e Marília Silva Oliveira de Sousa.

## **Equipe de pesquisadores da Universidade de Brasília**

Beatriz Miranda Gomes e Marília Silva Oliveira de Sousa.

## **Arte, diagramação e revisão**

Helena Cristina Ribeiro Silva, Luiza Abelin de Abreu e Mayara Silva de Souza

**Como citar:** BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Relatório Encontros Regionais SINASE Pra Valer. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024.



É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, na forma especificada pelo autor.



## LISTA DE SIGLAS

<b>CAPS</b>	Centro de Atenção Psicossocial
<b>CASE/NH</b>	Centro de Atendimento Socioeducativo – Regional Novo Hamburgo
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CENSE</b>	Centro de Socioeducação
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CG.SINASE</b>	Coordenação-Geral de Políticas Públicas Socioeducativas
<b>CIEE</b>	Centro de Integração Empresa Escola
<b>CNJ</b>	Conselho Nacional de Justiça
<b>CNMP</b>	Conselho Nacional do Ministério Público
<b>COMLURB</b>	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
<b>CONANDA</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>CONDEGE</b>	Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais
<b>CORREIOS</b>	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
<b>CSE</b>	Centro Socioeducativo
<b>CV</b>	Central de Vagas
<b>DEGASE</b>	Departamento Geral de Ações Sócio Educativas
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>ENS</b>	Escola Nacional de Socioeducação
<b>ES</b>	Espírito Santo
<b>FASC</b>	Fundação de Assistência Social e Cidadania
<b>FASE</b>	Fundação de Atendimento Socioeducativo
<b>FASEPA</b>	Fundação da Criança e do Adolescente do Pará
<b>FONACRIAD</b>	Fórum Nacional dos Gestores Estaduais do Sistema de Atendimento Socioeducativo
<b>FUNASE</b>	Fundação de Atendimento Socioeducativo
<b>FUNDAÇÃO CASA</b>	Fundação de Atendimento Socioeducativo



<b>FUNDAC</b>	Fundação da Criança e do Adolescente
<b>IASES</b>	Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LA</b>	Liberdade Assistida
<b>MDHC</b>	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
<b>MEC</b>	Ministérios da Educação
<b>MG</b>	Minas Gerais
<b>MJSP</b>	Ministério da Justiça e Segurança Pública
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>MSE-MA</b>	Medida Socioeducativa em Meio Aberto
<b>MSE</b>	Medidas Socioeducativas
<b>NAI</b>	Núcleo de Atendimento Inicial Integrado
<b>NOB/SUAS</b>	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>PAEFI</b>	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
<b>PIA</b>	Plano Individual de Atendimento
<b>PNAISARI</b>	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>POD</b>	Programa de Oportunidades e Direitos
<b>PSC</b>	Prestação de Serviços à Comunidade
<b>PSB</b>	Proteção Social Básica
<b>PSE</b>	Proteção Social Especial
<b>RENAPSI</b>	Rede Nacional de Aprendizagem
<b>RMA</b>	Registro Mensal de Atendimento
<b>SAPS</b>	Secretaria de Atenção Primária à Saúde
<b>SEAS</b>	Secretaria de Estado de Assistência Social
<b>SEAS/CE</b>	Superintendente do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
<b>SECADI</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
<b>SEDH</b>	Secretaria de Estado De Direitos Humanos
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SESI</b>	Serviço Social da Indústria



<b>SETRABES</b>	Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Emprego
<b>SGDCA</b>	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>SINASE</b>	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
<b>SIPIA-SINASE</b>	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência módulo SINASE
<b>SNDCA</b>	Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>SSPS</b>	Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UFES</b>	Universidade Federal do Espírito Santo
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFs</b>	Unidades Federais
<b>UNIP</b>	Unidade Provisória
<b>UNIS</b>	Unidade de Internação Socioeducativa
<b>UNISUL</b>	Universidade do Sul de Santa Catarina
<b>SSPS</b>	Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo



## LISTA UNIDADES FEDERATIVAS

<b>AC</b>	Acre
<b>AL</b>	Alagoas
<b>AP</b>	Amapá
<b>AM</b>	Amazonas
<b>BA</b>	Bahia
<b>CE</b>	Ceará
<b>ES</b>	Espírito Santo
<b>GO</b>	Goiás
<b>MA</b>	Maranhão
<b>MT</b>	Mato Grosso
<b>MS</b>	Mato Grosso do Sul
<b>MG</b>	Minas Gerais
<b>PA</b>	Pará
<b>PB</b>	Paraíba
<b>PR</b>	Paraná
<b>PE</b>	Pernambuco
<b>PI</b>	Piauí
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro
<b>RN</b>	Rio Grande do Norte
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>RO</b>	Roraima
<b>RR</b>	Rondônia
<b>SC</b>	Santa Catarina
<b>SP</b>	São Paulo
<b>SE</b>	Sergipe
<b>TO</b>	Tocantins
<b>DF</b>	Distrito Federal



## LISTA GRÁFICOS

### **Gráfico 1 | Página 32**

Interesses por programas - Região Sul.

### **Gráfico 2 | Página 32**

Meio de participação - Região Sul

### **Gráfico 3 | Pagina 33**

Perfil do público participante - Região Sul.

### **Gráfico 4 | Página 46**

Interesses por programas - Região Sudeste

### **Gráfico 5 | Página 46**

Meio de participação - Região Sudeste

### **Gráfico 6 | Página 47**

Perfil do público participante - Região Sudeste

### **Gráfico 7 | Página 62**

Interesses por programas - Região Centro-Oeste

### **Gráfico 8 | Página 62**

Meio de participação - Região Centro-Oeste

### **Gráfico 9 | Página 63**

Perfil do público participante - Região Centro-Oeste.

### **Gráfico 10 | Página 76**

Interesses por programas - Região Nordeste

### **Gráfico 11 | Página 76**

Meio de participação - Região Nordeste

### **Gráfico 12 | Página 77**

Perfil do público participante - Região Nordeste

### **Gráfico 13 | Página 94**

Interesses por programas - Região Norte

### **Gráfico 14 | Página 94**

Meio de participação - Região Norte

### **Gráfico 15 | Página 95**

Perfil do público participante - Região Norte



## LISTA TABELAS E IMAGENS

### **Tabela 1 | Página 13**

Dados gerais dos Encontros Regionais - Brasil

### **Tabela 2 | Página 32**

Dados gerais do I Encontro Regional - Região Sul.

### **Tabela 3 | Página 46**

Dados gerais do II Encontro Regional - Região Sudeste.

### **Tabela 4 | Página 62**

Dados gerais do III Encontro Regional - Região Centro-Oeste.

### **Tabela 5 | Página 76**

Dados gerais do IV Encontro Regional - Região Nordeste.

### **Tabela 6 | Página 94**

Dados gerais do V Encontro Regional - Região Norte

### **Imagem 1 | Página 20**

Interesse ao longo do tempo

### **Imagem 2 | Página 20**

Detalhamento comparado por sub-regiões: UF's em destaque

### **Imagem 3 | Página 85**

Sistema de garantias de direitos

### **Imagem 4 | Página 87**

Palestra Trajetórias Interrompidas: Nível de escolaridade

### **Imagem 5 | Página 87**

Idade da primeira experiência de trabalho



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
------------	---

---

## PARTE 1

---

METODOLOGIA PARA A REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS	12
---	----

---

PROGRAMAÇÃO GERAL DOS ENCONTROS REGIONAIS	17
---	----

---

SINASE NAS REDES DIGITAIS	19
---------------------------	----

---

A POLÍTICA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	22
---	----

---

## PARTE 2

---

I ENCONTRO REGIONAL - REGIÃO SUL	32
----------------------------------	----

---

II ENCONTRO REGIONAL - REGIÃO SUDESTE	46
---------------------------------------	----

---

III ENCONTRO REGIONAL - REGIÃO CENTRO-OESTE	62
---	----

---

IV ENCONTRO REGIONAL - REGIÃO NORDESTE	76
--	----

---

V ENCONTRO REGIONAL - REGIÃO NORTE	94
------------------------------------	----

---

PREPOSIÇÕES FINAIS	108
--------------------	-----

---

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
----------------------------	-----

---



## INTRODUÇÃO

O projeto **SINASE Pra Valer!** é uma iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em parceria com os Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que nasceu da urgência de pautar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) sob a perspectiva dos direitos humanos e da cidadania de adolescentes, jovens, familiares e profissionais que atuam no âmbito do SINASE.

Em 2023, o Projeto teve como estratégia a realização de 5 (cinco) Encontros Regionais. Portanto, o Governo Federal percorreu cada região do Brasil e mobilizou todos os Estados Brasileiros, com discussões relevantes e qualificadas sobre o atendimento socioeducativo, tendo como objetivo geral fortalecer e qualificar a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo, por meio da aproximação da gestão nacional junto às gestões e redes socioeducativas em cada uma das 5 (cinco) regiões do país. Foram, ainda, objetivos estratégicos dos encontros:

- Fomentar ações de integração entre os programas de atendimento no meio aberto e fechado;
- Receber contribuições para a retomada dos levantamentos de dados e informações sobre o sistema socioeducativo em âmbito nacional;
- A revisão e atualização do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE; e
- Avaliação e Monitoramento das Políticas Públicas Socioeducativas.

Ao todo foram somadas **2.794 pessoas inscritas** para participarem dos encontros entre os meses de maio e outubro de 2023, sendo 523 pessoas na Região Sul, 862 na Região Sudeste, 421 na Região Centro-Oeste, 554 na Região Nordeste e 434 na e Região Norte, evidenciando o impacto, a mobilização e o engajamento social gerado pela iniciativa. Neste sentido, o presente Relatório visa, além da prestação de contas à sociedade do trabalho realizado, apresentar os principais momentos dos encontros regionais no âmbito do projeto **SINASE Pra Valer!**.

O relatório está estruturado em duas partes, na primeira serão apresentados os parâmetros gerais e metodológicos para a organização e realização dos encontros, bem como o desenho adotado para as programações realizadas; o aumento das buscas na internet sobre o sistema socioeducativo nos períodos de realização dos encontros; e por fim, a apresentação das 3 (três) políticas nacionais que constituem



o SINASE, sendo elas, a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei, em cumprimento de Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Na segunda parte do Relatório são apresentados as principais informações e destaques de cada uma das 5 (cinco) regiões, seguindo a ordem cronológica de realização dos encontros. Por fim, são apresentadas os principais temas discutidos nos encontros.

**Boa leitura!**



# Parte 1

Parâmetros metodológicos e panorama Geral



## 1. Metodologia para a realização dos encontros

O projeto **SINASE Pra Valer!** foi anunciado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) na mesa de abertura da Primeira Reunião Técnica do Fórum Nacional dos Gestores Estaduais do Sistema de Atendimento Socioeducativo (FONACRIAD), no dia 28 de abril de 2023, em Brasília. Na ocasião, a Chefia de Gabinete do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em representação do Ministro de Estado, anunciou a iniciativa que logo em seguida foi apresentada de maneira detalhada pela Coordenação Geral de Políticas Públicas Socioeducativas (CG.SINASE). O lançamento dos encontros regionais como estratégia para aproximação da gestão nacional das gestões e redes estaduais e municipais foi recepcionada com entusiasmo e expectativas pelas autoridades presentes.

Após a apresentação, realizou-se a escuta e coleta de sugestões por parte das gestões estaduais e distrital, sendo ao final aprovado o calendário preliminar para a realização dos encontros regionais:

- Região Sul - 30 e 31 de maio
- Região Sudeste - 29 e 30 de junho
- Região Norte - 28, 29 e 30 de agosto
- Região Nordeste - 27, 28 e 29 de setembro
- Região Centro-Oeste - 30 e 31 de outubro

Os Encontros Regionais tiveram como público prioritário todas as gestões e profissionais que atuam na rede socioeducativa dos programas de meio fechado e aberto dos estados e distrito federal, atrizes e atores do SGDCA e do Sistema de Justiça, adolescentes, jovens e famílias inseridas no sistema socioeducativo, entidades da sociedade civil e demais interessados.

As articulações com os Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) se deram de forma paralela e conjunta, sendo recebida de maneira positiva e construtiva por cada Ministério, que fez indicação imediata de pontos focais para a construção das agendas e organizações conjuntas, contando com a participação de representantes de todos os Ministérios em todos os encontros regionais realizados.

No segundo momento, ante a relevância do papel das instituições e da atuação conjunta, foram realizadas articulações com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional dos Direitos da



Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) que se tornaram apoiadores da iniciativa do projeto **SINASE Pra Valer!** de maneira imediata e tiveram representantes em todos os encontros realizados, com participações significativas.

Para a organização de cada encontro foram realizadas articulações com as redes locais, sendo o MDHC responsável pela articulação dos programas de meio fechado e o MDS com os programas de meio aberto. Contaram ainda com o apoio das gestões estaduais dos programas de meio aberto e fechado, bem como com as organizações da sociedade civil, universidades e a rede do Sistema de Justiça de cada Estado. Para garantir maior participação foi adotado o formato híbrido para os encontros, sem transmissão ao vivo para assegurar a privacidade dos(as) adolescentes participantes, pela plataforma *teams*.

O quadro a seguir apresenta a organização final do calendário com os locais definidos para a realização dos encontros durante o primeiro e segundo semestre de 2023, refletindo o compromisso do projeto em promover uma discussão inclusiva e representativa das diversas realidades socioeducativas do país.

Tabela 1: Dados gerais dos Encontros Regionais Brasil Dados Gerais do Encontros Regionais SINASE Pra Valer! - 2023		
ENCONTROS REGIONAIS SINASE PRA VALER	LOCAL E DATAS DE REALIZAÇÃO	NÚMERO DE INSCRITOS
I Encontro - Região Sul	Florianópolis (SC) 30 e 31 de maio	523
II Encontro - Região Sudeste	Vitória (ES) 29 e 30 de julho	862
III Encontro - Região Centro-Oeste	Goiânia (GO) 5 e 6 de setembro	421
IV Encontro - Região Nordeste	João Pessoa (PB) 27, 28 e 29 de setembro	554
V Encontro - Região Norte	Roraima (RR) 24, 25 e 26 de outubro	434
<b>Total de pessoas inscritas</b>		<b>2.794</b>

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Os encontros também direcionaram visitas institucionais nos programas de meio aberto e meio fechado nos estados que sediaram o evento. No presente relatório, as visitas aos programas não foram registradas em razão do caráter sensível e de privacidade dos espaços. Contudo, faz-se necessário destacar que as visitas tiveram um papel fundamental na construção da proposta de reestruturação da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo em colaboração com estados, municípios, instituições e órgãos vinculados à Rede do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

As visitas foram compostas por delegações formadas por representantes dos Ministérios, das gestões estaduais dos programas de meio aberto e fechado, representantes das entidades apoiadoras, bem como da rede local do Sistema de Justiça. Ao longo dos encontros regionais, foram visitados os seguintes programas socioeducativos:

- **Região Sul**

Programa de meio aberto: **CREAS Ilha**

Programa de meio fechado: **Case Regional de São José**

- **Região Sudeste**

Programa de meio aberto: **CREAS Vitória**

Programa de meio fechado: **UNIS Cariacica**

- **Região Centro Oeste**

Programa de meio aberto: **CREAS Norte**

Programa de meio fechado: **Centro de Internação para Adolescentes de Anápolis (CIAAAnápolis)**

- **Região Nordeste**

Programa de meio aberto: **CREAS Rita Gadelha**

Programa de meio fechado: **Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha e Padaria Escola "Maria de Lourdes Dantas"**

- **Região Norte**

Programa de meio aberto: **CREAS Centenário**

Programa de meio fechado: **Centro Socioeducativo Homero de Souza Cruz Filho (CSE)**

Durante todas as visitas foram realizadas escuta dos (as) profissionais que atuam no atendimento direto com os(as) adolescentes e também a escuta direta de adolescen-



te e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Foram também apresentados todos os espaços físicos, fluxos, metodologias de trabalho e rotina de cada Atendimento. Cada visita teve duração entre 1 (uma) e 2 (duas) horas.

Foi comum a todas as visitas relatos de profissionais acerca da transição frequente dos(as) adolescentes e jovens entre os atendimentos do meio aberto e fechado. Foi também informado que a ausência de fluxos, comunicação e articulação entre ambos programas tem prejudicado de maneira significativa a trajetória dos(as) adolescentes, além do próprio trabalho das equipes dos programas.

Neste sentido, a aplicação e monitoramento da Portaria Conjunta nº 1 de 21 de novembro de 2022, que estabelece normas gerais para a integração entre os programas de atendimento socioeducativo em meio aberto e fechado, se mostrou urgente e indispensável para a qualificação do atendimento socioeducativo nos territórios, bem como a integração do SINASE nos âmbitos federais, estaduais, municipais e distrital.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

## 2. Programação geral dos encontros regionais

Visando assegurar um processo metodológico que correspondesse ao tratamento para todas as regiões do país de maneira igualitária, foi desenvolvida uma metodologia flexível para os encontros seguindo a estrutura exposta a seguir. Com uma programação de dois dias, sendo três dias nas regiões do nordeste e do norte em razão do maior número de estados nestas regiões. Cada encontro contou com a seguinte programação:

### PRIMEIRO DIA

#### **Mesa de Abertura:**

Dispositivo de autoridades composto por representantes dos Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), da Saúde (MS), da Justiça e Segurança Pública (MJSP), da Educação (MEC) e do Desenvolvimento Social, Famílias e Combate à Fome (MDS), bem como autoridades do Poder Executivo de cada Estado que compunha a região onde o encontro ocorreria.

#### **Painel I - Apresentações das Políticas Nacionais:**

Painel composto pelos(as) representantes do MDHC, MS e MDS, que puderam apresentar suas ações para o fortalecimento e qualificação da Política Nacional.

#### **Painel II - Apresentações das políticas das gestões estaduais dos programas de meio aberto e meio fechado:**

Painel composto pelas gestões dos estados, que apresentaram as ações e programas desenvolvidos nos estados e municípios.

#### **Palestra com convidado(a):**

Cada um dos encontros contou com a presença de um palestrante, que apresentava o domínio de temáticas relacionadas a política pública socioeducativa. Para cada encontro foi pensado um(a) especialista conforme a dinâmica da região, foram convidados ao longo dos encontros:

- **Região Sul: Alex da Silva Vidal**, autor da tese "Traços de vidas juvenis: rastros em escritas de jovens na socioeducação".
- **Região Sudeste: Pamela Karem Zapparoli Barbosa**, autora da tese "Jovens em conflito com o Estado: etnografias da reinserção escolar nas medidas socioeducativas".



- **Região Centro-Oeste:** **Maria Luiza Moura Oliveira**, autora do trabalho “Aldeia Juvenil: duas décadas de contraposição a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes pobres em Goiás”.
- **Região Nordeste:** **Claudio Augusto Vieira da Silva**, Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- **Região Norte:** Para a região-norte os Ministérios da Educação e da Justiça e Segurança Pública fizeram apresentações sobre ações em desenvolvimento para atuação no SINASE.

## SEGUNDO DIA

### **Visitas aos programas de atendimento do meio aberto e do meio fechado:**

Espaço previsto para uma delegação formada por representantes dos Ministérios, atores do Sistema de Justiça e representantes de todos os estados.

### **Roda de Conversa | No chão da socioeducação:**

Espaço previsto para troca de experiências e relatos de profissionais que atuam no chão da socioeducação.

### **Roda de Escuta | Nada sobre ele(a) sem eles(as):**

Espaço destinado para garantia da participação de adolescentes e familiares inseridos (as) no sistema socioeducativo.

### **Mesa de Encerramento:**

Dispositivo formado por representantes dos Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), da Saúde (MS), da Justiça e Segurança Pública (MJSP), da Educação (MEC) e do Desenvolvimento Social, Famílias e Combate à Fome (MDS), bem como autoridades representantes das entidades apoiadoras do evento, CNJ, CNMP, CONANDA, CONDEGE e FONACRIAD.

Nas regiões Nordeste e Norte, o segundo dia foi exclusivo as apresentações das gestões estaduais em razão do quantitativo dos estados que compõem as regiões, e o terceiro dia seguiu a programação prevista com visitas e rodas de conversas.



### 3. SINASE nas redes digitais!

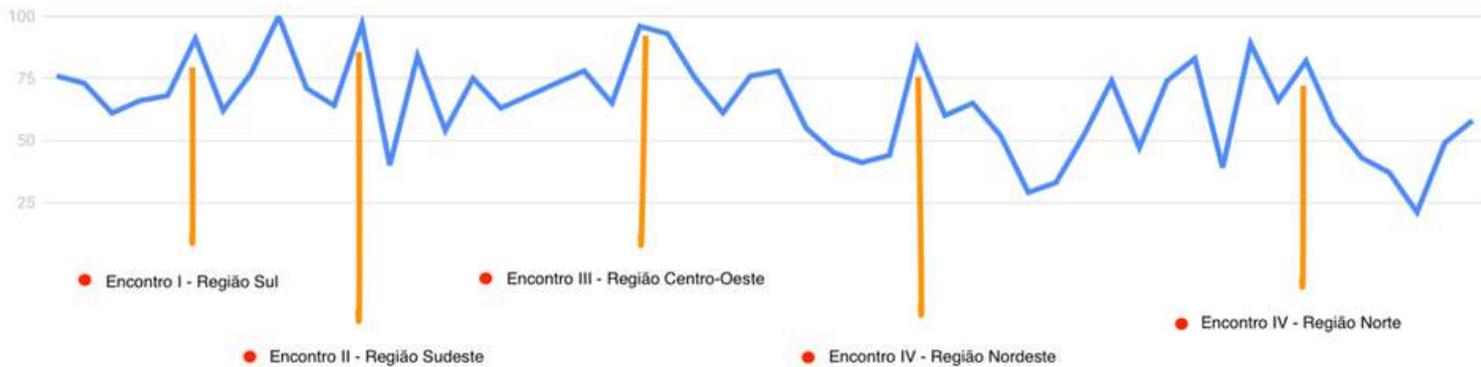
Como já apresentado, o projeto **SINASE Pra Valer!** tem como propósito fomentar espaços para diálogos aprofundados e qualificados acerca da Política de Atendimento Socioeducativo em todo o Brasil. Neste sentido, a adoção do formato híbrido foi essencial para ampliar a participação, mas também para mobilizar as redes digitais. Para a participação virtual, adotou-se a modalidade síncrona, garantindo que todas as pessoas participantes pudessem acompanhar simultaneamente as discussões e atividades programadas, conforme apresentado na seção anterior deste relatório. O engajamento e a interação com o público participante representam aspectos estruturantes, principalmente em concepções de eventos que promovem construções coletivas, democráticas e participativas - elementos vitais para a efetivação dos objetivos estabelecidos.

A disseminação das informações sobre os encontros foi conduzida por intermédio das plataformas digitais dos parceiros e entidades colaboradoras, bem como através dos canais oficiais de comunicação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Esta estratégia abrangeu a utilização tanto dos *websites* institucionais das entidades e órgãos envolvidos quanto de suas respectivas redes sociais, garantindo uma ampla divulgação e alcance, e ampla cobertura dos Encontros Regionais **SINASE Pra Valer!**, o que assegurou a disseminação eficaz das informações para um público extenso e diversificado.

Para mensurar o impacto dos encontros nas redes sociais, utilizou-se a ferramenta *Google Trends* como instrumento analítico, uma vez que se trata de uma ferramenta que fornece análises quantitativas detalhadas dos padrões de pesquisa na internet associados a tópicos específicos. Assim, o *Google Trends* foi utilizado para avaliar o aumento do interesse nas buscas das palavras-chave 'Socioeducação', 'SINASE', 'MDHC', 'SNDCA', e 'Direitos Humanos' após a realização de cada um dos encontros regionais, e foi observado um aumento nas buscas relacionadas ao sistema socioeducativo, indicando um potencial alcance e impacto dos encontros regionais **SINASE Pra valer!**, como pode ser percebido no gráfico abaixo:



Imagem 1 - Interesse ao longo do tempo



Fonte: Google Trends. Brasil, 2023.

Os dados coletados permitem não apenas a visualização de um aumento quantitativo no interesse por esses tópicos, mas também possibilita uma análise temporal e regional dessas tendências. Neste sentido é possível comparar o período de maior busca com as proximidades dos encontros regionais, o que pode ser interpretado como mais um impacto positivo e importante do projeto **SINASE Pra valer!**.

A análise das tendências de busca no *Google Trends* também oferece parâmetros para avaliar as regiões onde as buscas foram realizadas. Desta forma, a temporalidade e a regionalidade dos dados coletados possibilitam uma compreensão mais detalhada do alcance geográfico e da evolução temporal como observado no detalhamento comparado por sub-região demonstrado abaixo:

Imagem 2: Detalhamento Comparado por sub-região: UF's em destaque:



Fonte: Google Trends. Brasil, 2023.



A análise comparativa por sub-região, realizada através dos dados coletados pelo *Google Trends*, destacou que os estados do Acre e Tocantins tiveram um aumento nas buscas por "SINASE", Goiás e Pernambuco por "Socioeducação" e Maranhão por ambos os termos, e este aumento se deu em períodos próximos à realização dos encontros regionais. Desta forma, com base nos dados e contexto dos encontros, compreende-se que a estratégia dos encontros regionais do projeto **SINASE Pra Valer!** também teve um papel relevante no cenário das redes digitais, contribuindo para o aumento de interesse sobre as políticas socioeducativas no Brasil.



#### 4. A Política Nacional de Atendimento Socioeducativo

O **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)** representa um marco significativo na mudança de tratamento direcionado aos(as) adolescentes inseridos(as) no Sistema de Justiça Juvenil. Fundamentado na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, o SINASE tem como bases conceituais a **Doutrina da Proteção Integral** e o **Princípio do Melhor Interesse**, inauguradas no Brasil por meio do artigo 227 da CF/88, que reconhece crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, com prioridade absoluta, em situação peculiar de desenvolvimento.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação da EC 65/2010)

CF/88

Assim, ao superar a Doutrina da Situação Irregular, o ECA definiu um modelo específico para a responsabilização de adolescentes e jovens, a quem são atribuídas práticas de ato infracional, criando subsídios pautados nos direitos humanos para a formulação da **Política Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Por sua vez, o processo de institucionalização do SINASE se dá de maneira mais eficiente com a publicação da Resolução nº 119, do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de 2006, e de maneira ainda mais robusta com a publicação da Lei Federal nº 12.594 de 2012 (Lei do SINASE).

A Lei do SINASE, em complementação ao ECA e a Resolução nº 119 do CONANDA, regulamenta a execução das medidas socioeducativas e estabelece os direitos da população de adolescentes e jovens em atendimento. Essa é uma lei fundamental para assegurar que os direitos e necessidades dos(as) adolescentes inseridos(as) no Sistema de Justiça Juvenil sejam respeitados e atendidos de maneira adequada, prioritária e inclusiva em conformidade aos princípios dos direitos humanos.



#### 4.1 A Política Nacional de Atendimento Socioeducativo

A formulação e coordenação da execução da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo é regulamentada pelo artigo 3º da Lei 12.594 de 2012, conforme o referido artigo, compete à União, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) as funções executiva e de gestão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

O SINASE é um sistema marcado por ser interfederativo, interinstitucional, intersetorial e interseccional, e objetiva primordialmente o desenvolvimento de ações e práticas socioeducativas sustentadas nos princípios dos direitos humanos e do melhor interesse de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O SINASE, enquanto sistema integrado, resulta da atuação conjunta os entres federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), dos três Poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo) e das diferentes instituições (Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Defensorias Públicas, Ministério Público, Tribunais de Justiça) e políticas (educação, saúde, assistência social, segurança, cultura, esporte, lazer) para o desenvolvimento de programas socioeducativos que sejam eficientes e coordenados para impactar positivamente nas trajetórias de adolescentes, jovens e famílias atendidas.

Neste sentido, a atual gestão do SINASE, liderada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, tem realizado a formulação e coordenação da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo de maneira conjunta e articulada com demais Ministérios que possuem ações e políticas voltadas ao atendimento de adolescentes em cumprimento ou pós-cumprimento de medidas socioeducativas, com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e com o Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FONACRIAD).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

Durante os encontros regionais, a Coordenadora-Geral de Políticas Públicas Socioeducativas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Mayara Silva de Souza, apresentou o marco situacional da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo após 6 (seis) anos sem investimentos significativos na área. Foram destacados como desafios a serem superados: a ausência de dados nacionais atualizados; a descontinuidade da Escola Nacional da Socioeducação (ENS) e de ações formativas para profissional por parte da União; a não realização das avaliações da política previstas em lei; a inexistência de um sistema de cofinanciamento da União para os estados, DF e municípios; a manutenção do Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo (SIPIA-SINASE); e o avanço de pautas conservadoras e contrárias as normativas nacionais e internacionais, como a sobreposição da segurança em relação aos direitos à educação, profissionalização, cultura, arte, convivência familiar e comunitária dos(as) adolescentes.

Posteriormente, foram apresentadas algumas ações e estratégias da Gestão Nacional para a superação dos desafios identificados, sendo o projeto **SINASE Pra Valer!** apresentado como uma iniciativa que busca, por meio dos encontros regionais, ouvir a ponta da socioeducação, desde as gestões estaduais e municipais, profissionais, adolescentes, jovens e familiares, para a construção de ações e programas alinhados com o território. O processo de avaliação e revisão do Plano Nacional do SINASE também foi apresentado como uma importância oportunidade de marcar a perspectiva e natureza dos direitos humanos na socioeducação.

“ Temos a grande chance de pensar, de atualizar e de colocar novos desafios no sistema socioeducativo.  
**Claudio Augusto (SNDCA/MDHC)** ”

A retomada dos dados e a publicação do Levantamento Anual do SINASE, o desenho de diretrizes para o atendimento pós-medida socioeducativas, a retomada com a ampliação e qualificação da ENS, com o investimento para a criação de Escolas Estaduais da Socioeducação e a regulamentação da carreira de profissionais que atuam na socioeducação foram algumas das ações apresentadas para a reestruturação da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo. Por fim, os objetivos gerais e específicos dos encontros regionais foram apresentados com destaque a integração entre os programas de atendimento socioeducativo, bem como dos entes federados.

Atuação interseccional e integrada com atores e atrizes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes, e o protagonismo de adolescentes e jovens em atendimento foram destacadas como as principais estratégias da gestão, uma vez que essa interação permitirá uma visão holística das questões socioeducativas e a implementação de soluções mais eficazes.



## 4.2 A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI)

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) foi instituída por meio da Portaria Interministerial nº 1426, de 24 de julho de 2004. Em 23 de maio de 2014, a Portaria N° 1.082 redefiniu as diretrizes da PNAISARI, incluindo o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado; bem como estabeleceu novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade. De igual modo, a PNAISARI foi consolidada por meio da Portaria Consolidada/MS nº 2, Anexo XVII, de 3 de outubro de 2017, e Portaria Consolidada/MS nº 6, Seção V, Capítulo II, de 3 de outubro de 2017.

A PNAISARI é resultante da atuação conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios onde se localiza a unidade socioeducativa. A referida política apresenta como objetivo geral garantir e ampliar o acesso aos cuidados em saúde dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, fechado e semiliberdade.

Os objetivos específicos da PNAISARI consistem em: ampliar ações e serviços de saúde para adolescentes em atendimento socioeducativo; estimular ações intersetoriais para a responsabilização conjunta das equipes de saúde e das equipes socioeducativas para o cuidado dos(as) adolescentes em atendimento socioeducativo; incentivar a articulação dos Projetos Terapêuticos Singulares elaborados pelas equipes de saúde aos Planos Individuais de Atendimento (PIA), previstos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), de modo a atender às complexas necessidades desta população. São finalidades específicas também promover o acesso aos cuidados em saúde a essa população, sem quaisquer tipos de constrangimentos no acesso ao tratamento; garantir ações da atenção psicossocial para adolescentes em atendimento socioeducativo; priorizar ações de promoção da saúde e redução



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

de danos provocados pelo consumo de álcool e outras drogas; e promover a reinserção social de adolescentes e jovens e, em especial, das pessoas com transtornos mentais e com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

No âmbito do Ministério da Saúde, a PNAISARI está vinculada à Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS), tendo sido apresentada em todos os encontros regionais **SINASE Pra Valer!** pela Coordenação do Acesso e Equidade, representada pela profissionais técnicas Ana Luisa Lemos Serra, Caroline Maria Arantes de Moraes e Joseneide Lima Nogueira, que apresentaram os marcos legais e as atuais normativas que regulamentam a PNAISARI. Conforme o apontado, a referida política está estruturada sob os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), enfatizando a universalidade, a equidade e a integralidade das ações. Destacou-se também que a abordagem integral da saúde não se limita ao atendimento médico e tratamento de doenças, preocupando-se com o indivíduo como um todo.

As representantes refletiram acerca da importância da intersetorialidade nas ações de saúde, salientando a necessidade da superação da fragmentação das políticas públicas para a resolutividade das demandas em saúde dos (as) adolescentes em atendimento socioeducativo. A capacitação para a prática intersetorial e o fortalecimento dos espaços colegiados foram apontados como elementos fundamentais para a reorganização do sistema.

Também foi abordada a importância dos cuidados à saúde mental dos(as) adolescentes, destacando os seguintes aspectos: garantia do direito à atenção em saúde mental; promoção da saúde mental; prevenção de agravos à saúde mental; e promoção de uma ambiência propícia ao desenvolvimento saudável. Frisou-se também a importância da consideração dos determinantes sociais e do trabalho interprofissional para a garantia do direito à saúde mental dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Ademais, as apresentações compartilharam que desde a implementação da PNAISARI, 95 municípios, em 16 estados (AC, AM, BA, PA, PI, PE, RN, CE, DF, GO, RJ, MG, SP, PR, SC e RS) desenvolvem ações em saúde, contando com 200 equipes de saúde de referência para as unidades socioeducativas.

Em suma, as apresentações realizadas durante os encontros regionais **SINASE Pra Valer!** evidenciam o compromisso de aperfeiçoamento contínuo do processo de implantação e implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI). As informações compartilhadas pelo Ministério da Saúde destacaram a importância de uma abordagem integral e humanizada na atenção à saúde dos(as) adolescentes e jovens, e sublinharam a necessidade de uma prática colaborativa e intersetorial para superar os desafios atuais.



### 4.3 A atuação da Política Nacional de Assistência Social do SINASE



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, esteve representado em todos os encontros regionais pela Coordenação de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais. A presença e apoio do Ministério contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento dos encontros regionais no âmbito do projeto **SINASE Pra Valer!** com a apresentação da palestra "O papel do SUAS na proteção social de adolescentes em situação de medida socioeducativa no meio aberto: LA e PSC", ministrada pelos representantes Régis Spíndola, Ana Carla Costa Rocha e Francisco Xavier.

As apresentações consistiram na explicaram que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) assume uma posição crucial no contexto brasileiro, sendo uma política pública voltada para garantir a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Este conjunto abrangente engloba a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, consolidando-se o Sistema Único de Assistência Social como um dos pilares fundamentais do sistema de proteção social no Brasil, inserido na abrangência da Seguridade Social.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representa uma mudança significativa, afastando-se de uma visão assistencialista e caritativa para atuar com base nos princípios do direito.

O pacto federativo determina as atribuições e as responsabilidades que devem ser assumidas pela União, Estado, Distrito Federal/DF e pelos municípios. Dentre elas, está a responsabilidade de cofinanciar as ações da Política Pública de Assistência Social. Os municípios têm a responsabilidade de executar as ações socioassistenciais nos seus territórios e devem aportar recursos nos respectivos fundos municipais.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é uma política pública que organiza a oferta de programas, serviços, projetos e benefícios de assistência social em todo o território nacional, assegurando o comando único em cada esfera de governo (fede-



ral, estadual, distrital e municipal) e a participação social na gestão e no controle. O SUAS tem como objetivos a proteção social, a prevenção de riscos e vulnerabilidades, a promoção da cidadania e a defesa dos direitos humanos de todos os cidadãos.

A atuação integrada da assistência social com outras políticas setoriais, no âmbito da PNAS, destaca-se na oferta das seguranças afixadas no SUAS: acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento de autonomia e apoio e auxílios. As seguranças a serem afixadas pela política de assistência social materializam-se por meio da oferta de benefícios e serviços socioassistenciais, que são organizadas por níveis de complexidade: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) e devem orientar a prática do(a) trabalhador(a) do SUAS.

A Proteção Social Básica visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio da oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais, destacando os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como unidades territoriais.

A Proteção Social Especial desdobra-se em níveis de complexidade, incluindo a Média Complexidade (Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS), voltada para famílias e indivíduos em situação de violação de direitos e a Alta Complexidade (serviços de acolhimento), direcionada a situações graves como rompimento de vínculos familiares e vítimas de calamidades.

#### **4.3.1 SUAS e SINASE**

Historicamente, a Assistência Social desempenha um papel central no atendimento a adolescentes em medida socioeducativa, evidenciado pela NOB/SUAS (2005) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009). O SUAS, efetivado pela Lei 12.435/2011, oferece o Serviço de Medidas Socioeducativas (MSE) em Meio Aberto, com atendimento especializado e integração com outros serviços socioassistenciais e políticas setoriais.

Nesse contexto, a gestão coordenada entre SUAS e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) emerge como fundamental. A compatibilidade entre as duas estruturas normativas guia a maneira como os serviços de assistência social, conforme tipificados no SUAS, podem ser utilizados para cumprir os objetivos da Lei do SINASE. Isso envolve garantir que os(as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas tenham acesso aos serviços adequados de assistência social, como, por exemplo, nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que desempenham um papel essencial no atendimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Além disso, distinguiu-se as diferenças entre as medidas em meio aberto e os programas destinados aos(às) adolescentes após o cumprimento das medidas de internação e semiliberdade, estabelecendo que estes últimos devem ser oferecidos pelos órgãos que executam as medidas socioeducativas de restrição de liberdade, contando com apoio dos municípios.



A oferta do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), que é um serviço socioassistencial de média complexidade, visa acompanhar, orientar e apoiar os adolescentes e suas famílias durante o cumprimento das medidas, bem como favorecer o acesso a outros serviços e oportunidades, contribuindo para a construção de um projeto de vida e para a prevenção da reincidência.

É fundamental que o SUAS e o SINASE sejam compreendidos como sistemas complementares e interdependentes, que devem atuar de forma articulada e integrada, respeitando as especificidades e as competências de cada um, mas buscando sempre o mesmo objetivo: a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e de violação de direitos, como os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

No contexto da participação nos encontros regionais, destacou-se a importância da integração entre programas de atendimento socioeducativo em meio aberto e fechado, conforme delineado pela Portaria Conjunta Nº 1 de 21 de Novembro de 2022. Esta portaria estabelece diretrizes gerais para a integração desses programas, com ênfase especial nas medidas socioeducativas em meio aberto, operacionalizadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de abordar ações de proteção aos “egressos” do sistema socioeducativo.

As apresentações destacaram a importância do atendimento às famílias de adolescentes em regime fechado, enfatizando o direito de serem atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) nos CREAS, bem como acesso a benefícios socioassistenciais. A atuação junto às famílias pelo SUAS visa à prevenção de rupturas de vínculos e o fortalecimento das relações familiares.

A exposição também evidenciou a importância do papel do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA-SINASE), consolidado como uma ferramenta de gestão para o monitoramento e avaliação do fluxo de atendimento socioeducativo, em articulação com os sistemas informatizados do SUAS (atuais e vindouros).

No entanto, há ainda muitos desafios a serem enfrentados para que essa integração se efetive na prática. A articulação entre equipes de atendimento socioeducativo de meio fechado e aberto, a adoção de fluxos e protocolos, e o encaminhamento obrigatório do Plano Individual de Atendimento (PIA) às equipes responsáveis pela continuidade da medida socioeducativa e a continuidade dos cuidados em saúde e acompanhamento escolar.



### 4.3.2 Reconstrução do SUAS

Depois de quatro anos sem investimentos, de distanciamento dos cidadãos e de ausência de participação social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) voltou a ser prioridade. Para manter o funcionamento regular de toda a rede, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) destinou R\$ 4,5 bilhões aos estados e municípios.

No ano de 2023, aproximadamente 29 mil adolescentes estavam em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no SUAS, conforme o Registro Mensal de Atendimento (RMA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) cofinanciou expressivos R\$ 62.339.187,84, em 2023, evidenciando um aumento de 100,7% comparado aos R\$ 31.057.045,21 investidos em 2022. Este incremento expressivo sinaliza o comprometimento da atual gestão com a socioeducação.

Registrou-se também que a Resolução nº 119/2023 do Conselho Nacional de Assistência Social, representa um avanço ao estabelecer parâmetros para a atuação do SUAS na relação interinstitucional com o Sistema de Justiça.

No planejamento estratégico do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), há previsão de expansão dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) para ampliar a oferta de serviços.

Além disso, a implementação de uma gestão coordenada e compartilhada em nível nacional das medidas socioeducativas em meio aberto e fechado com outras políticas públicas.

Em síntese, a apresentação destacou a importância de fluxos e protocolos articulados entre as várias instâncias de atendimento, incluindo a importância de medidas personalizadas como o Plano Individual de Atendimento (PIA), e o papel vital do SIPIA-SINASE na gestão e avaliação desses serviços. Além disso, ressaltou a relevância do atendimento especializado às famílias, consolidando a visão de que o sucesso das medidas socioeducativas depende intrinsecamente da integração e cooperação entre diversos setores, atores e serviços, garantindo assim um atendimento mais eficaz e humanizado aos(as) adolescentes, jovens e suas famílias.



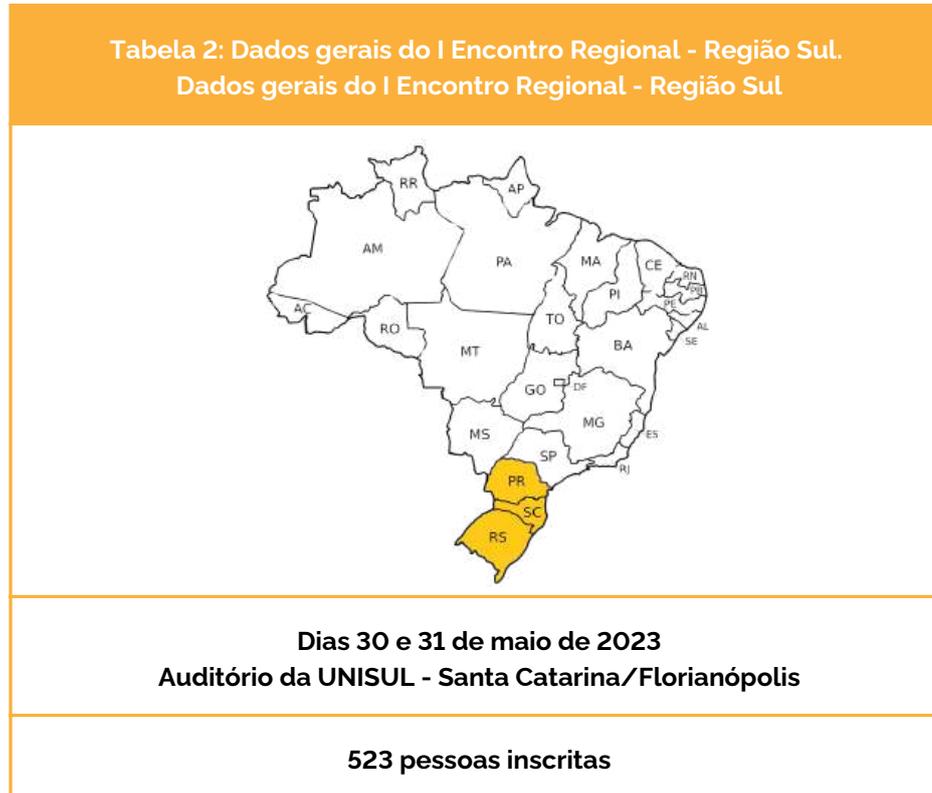
# Parte 2

Apresentações dos relatos dos Encontros



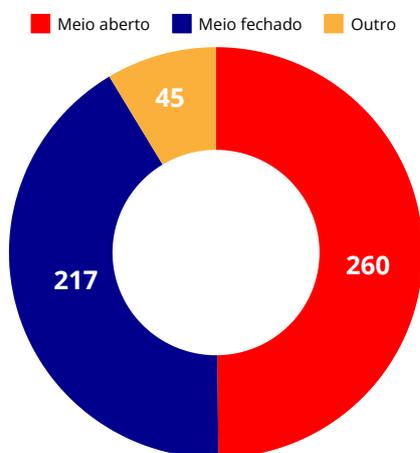
# I ENCONTRO REGIONAL SINASE PRA VALER! REGIÃO SUL

## 1. Panorama Geral



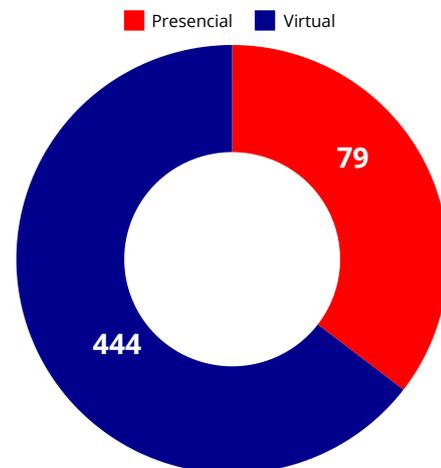
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 1:** Interesses por programas - Região Sul.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 2:** Meio de participação - Região Sul.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### Estados que tiveram inscrições:



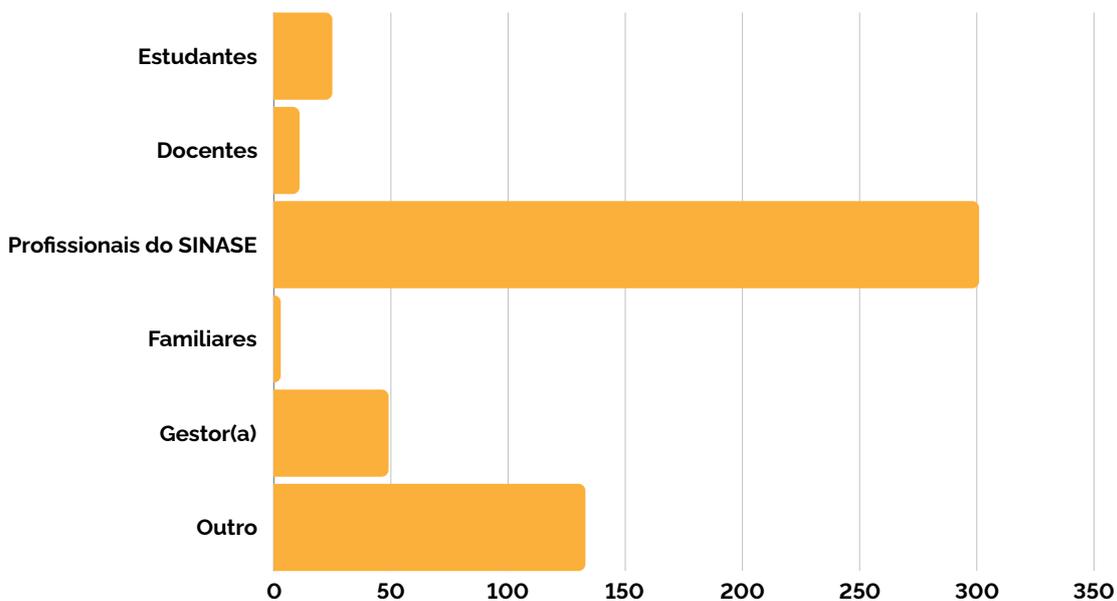
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### Atores do SGDCA com maior participação:



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Gráfico 3: Perfil do público participante - Região Sul.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### 1.1 Abertura do Encontro I Regional SINASE Pra Valer!

O I Encontro do projeto **SINASE Pra Valer!** ocorreu na região Sul do Brasil nos dias 30 e 31 de maio de 2023, na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). A região Sul é composta pelos estados de Santa Catarina (SC), Paraná (PR) e Rio Grande do Sul (RS), sendo a quinta maior em extensão territorial do país, com uma área de 576.409 km<sup>2</sup>. Em números populacionais, a região é a quarta maior, com mais de 30 milhões de habitantes, segundo o IBGE (2022).

Segundo os dados publicados no Levantamento Anual do SINASE 2023, os Estados que compõem a região Sul atendem **1.256 adolescentes e jovens** nos programas de meio fechado, sendo a terceira maior região do país no atendimento socioeducativo de restrição e privação de liberdade, dado este que chama atenção por se tratar da região com a menor demografia do território brasileiro.

Necessário também destacar que a adoção do modelo híbrido para a realização dos eventos possibilitou maior alcance e participação da sociedade no I Encontro **SINASE Pra Valer!**, foram **523 pessoas inscritas, sendo 444 para a modalidade virtual e 79 para a modalidade presencial**. O evento contou a presença de autoridades do Poder Executivo Federal e Estadual e do Poder Judiciário. A mesa de abertura foi composta por representantes dos Ministérios parceiros e dos programas estaduais de atendimento socioeducativo do meio aberto e do meio fechado, com as seguintes participações:

- Mayara Silva de Souza, Coordenadora Nacional de Políticas Públicas Socioeducativas (MDHC);
- Regis Aparecido Andrade Spíndola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial (MDS);
- Ana Luiza Lemos Serra, Assessora técnica da Coordenação de Acesso e Equidade (MS);
- Santin Roveda, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania do Estado do Paraná;
- Gabriela Cruz da Silva Lima, Diretora do Departamento de Políticas Socioeducativas do Estado do Rio Grande do Sul;
- Joel de Jesus França, Diretor-Geral do Departamento de Administração Socioeducativa do Estado de Santa Catarina;
- Jucelia Oliveira Schneider, Secretária de Assistência Social, Mulher e Família do Estado de Santa Catarina.

A iniciativa dos Encontros Regionais foi celebrada e apontada como uma ação essencial no processo de fortalecimento da Política Socioeducativa por todas as autoridades presentes, em especial para o fortalecimento e resgate da Rede Socioeducativa nos territórios como fator crucial para proporcionar uma estrutura sólida de reintegração do sistema.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

O Secretário da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná chamou especial atenção para a qualificação da política socioeducativa para o atendimento após o cumprimento da medida, destacando a relevância de proporcionar atenção especial a este período e assegurar os princípios dos direitos humanos, considerando os desafios da reintegração social e profissional.

Da mesma forma, a diretora do Departamento de Políticas Socioeducativas do Estado do Rio Grande do Sul ressaltou a necessidade de fortalecer o caráter emancipatório de adolescentes e jovens, garantindo sua saúde integral, educação apropriada, profissionalização e uma assistência pessoal constante.



Em síntese, a mesa de abertura, formada por autoridades federais e estaduais, teve como compromisso a demarcação da importância da colaboração entre diferentes esferas governamentais e seus setores, visando garantir a aplicação das disposições do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e o reconhecimento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas como sujeitos de direitos, com absoluta prioridade, nos termos do preconizado no artigo 227, da Constituição Federal de 1988.

## 1.2 Painel das Políticas Estaduais para o atendimento socioeducativo na Região Sul



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

O primeiro painel teve como objetivo as apresentações das políticas estaduais de atendimento socioeducativo dos programas de meio aberto e fechado, por parte das gestões estaduais. As exposições foram conduzidas pelos seguintes representantes:

- Gabriela Cruz da Silva Lima, Diretora do Departamento de Políticas Socioeducativas do Estado do Rio Grande do Sul;
- Luciana Pires de Andrade, Assistente social do município de Florianópolis;
- Luciana Finger, Psicóloga da divisão de Saúde e Psicossocial da Gestão do Sistema Socioeducativo, da Secretaria de Justiça e Cidadania do Paraná;
- Douglas José Sousa, Diretor Geral Adjunto do departamento de administração do socioeducação do estado de Santa Catarina.

Na ocasião, os estados apresentaram o panorama local do sistema socioeducativo, apresentando dados sobre seu atendimento, estrutura da instituição, perfil dos(as) adolescentes e jovens em atendimento, principais atos infracionais atribuídos e projeções estatísticas.



A primeira apresentação foi realizada pelo estado do Rio Grande do Sul, que destacou a criação de um Observatório da Socioeducação, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), em fase inicial de implementação, que visa o mapeamento das unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e o estabelecimento de metas e indicadores relacionados aos perfis dos usuários, às políticas públicas transversais, e à avaliação do sistema socioeducativo estadual.

O estado do Rio Grande do Sul também apresentou os projetos de laboratórios de robótica nas unidades e seu programa de atendimento pós-medida, apontando que são ações necessárias para efetivação da socioeducação.

O representante do estado de Santa Catarina apresentou o projeto "Papo Reto", que busca conduzir oficinas de capacitação nas dependências do Centro de Atendimento Socioeducativo – Regional Novo Hamburgo (Case/NH), envolvendo adolescentes, jovens e seus familiares. Explicou que são espaços facilitados por defensores públicos, visando promover a conscientização sobre direitos, prevenir a discriminação de adolescente e jovens em atendimento e fomentar a reconstrução dos laços familiares.

Por último, o estado apresentou a realização de iniciativas como: o cultivo de hortas nas unidades socioeducativas e práticas integrativas em saúde. Assim, destacou-se o compromisso com abordagens integrativas em saúde, com foco nos cuidados em saúde mental dos(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa e dos profissionais, a partir de ações de círculos de cuidados e ioga.

Por sua vez, a Gerência de Média Complexidade da Secretaria de Assistência Social apresentou um panorama abrangente sobre os programas do meio aberto no estado de Santa Catarina, destacando a parceria formalizada com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) para a realização de cursos e a participação em processos seletivos para vagas de jovem aprendiz. Neste mesmo âmbito, realiza-se também o atendimento presencial aos(as) adolescentes e jovens em conjunto com suas famílias, quando são apresentados todos os direitos e deveres, visando fortalecê-los como sujeitos de direitos.

Além disso, entre as ações realizadas no estado, a iniciativa de hortas em unidades socioeducativas de Cascavel foram apresentadas como um compromisso com a sustentabilidade e uma estratégia de contribuição para as famílias locais, bem como sua aproximação.



Em resumo, o Painel das Políticas Estaduais para o atendimento socioeducativo na região Sul proporcionou uma visão abrangente e detalhada das políticas estaduais e municipais do atendimento socioeducativo em toda a região, envolvendo diversas instituições e órgãos. Destacaram-se projetos específicos inovadores e parcerias estratégicas. Fóruns permanentes foram apresentados como elementos fundamentais para fortalecer a reintegração social e proporcionar oportunidades aos(as) adolescentes e jovens em atendimento e pós-atendimento socioeducativo. Foi reforçado ainda a importância da colaboração entre instituições para enfrentar os desafios da reintegração social.

Logo após o painel, houve a manifestação do Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em modalidade virtual. O Secretário evidenciou a importância do diálogo entre as diversas políticas públicas para que os direitos dos(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa sejam priorizados e garantidos. Além disso, enfatizou a necessidade do protagonismo deste público nos Planos de Atendimento, para que o direito de fala seja garantido de forma ativa em todas as modalidades de cumprimento das medidas socioeducativas.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### 1.3 Palestra: "Os Desafios e a Potência do Trabalho em Rede no SINASE".

O terceiro bloco do I Encontro Regional **SINASE Pra Valer!** foi marcado pela palestra do Professor **Alex da Silva Vidal**, historiador pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Educação (UFRGS) e Doutorando em Educação (UFRGS), que teve como tema "*Os Desafios e a Potência do Trabalho em Rede no SINASE*". A apresentação foi estruturada em quatro momentos e buscou proporcionar uma análise abrangente sobre a interconexão de desafios e potencialidades no contexto do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE).

No primeiro momento, o professor destacou a importância da sistematização de dados na socioeducação, enfatizando a relevância de uma abordagem organizada para o gerenciamento efetivo das informações pertinentes ao sistema socioeducativo e a sociedade.

No segundo momento foram apresentadas as percepções de agentes do estado que integram o SINASE, abordando a articulação entre o meio fechado e aberto, destacando as complexidades que circundam essa integração.

O terceiro momento concentrou-se nos desafios e potencialidades específicas do meio aberto, proporcionando uma análise detalhada das dinâmicas e oportunidades presentes nesse contexto socioeducativo.



*É importante a potencialidade do meio aberto em expandir essa rede de relações, e a circulação à outras atividades para o jovem se sentir reconhecido, por isso o meio aberto precisa articular diferentes políticas para garantir aos jovens os seus direitos.*

**Professor Alex da Silva Vidal.**



**Professor Alex da Silva Vidal**

O quarto momento abordou a tese de doutorado do palestrante, a qual analisa cartas escritas por adolescentes e jovens que cumprem medidas no meio fechado do sistema socioeducativo no estado do Rio Grande do Sul. A apresentação trouxe contribuições valiosas sobre as perspectivas desta parcela da população, especialmente quando saem do sistema socioeducativo, oferecendo uma visão mais aprofundada das experiências e desafios por eles(as) enfrentados(as).



Por fim, é necessário destacar que a palestra do professor e pesquisador Alex da Silva Vidal contribuiu significativamente para a compreensão dos complexos cenários que permeiam o cumprimento das medidas socioeducativas, com especial olhar territorial da Região Sul, proporcionando uma reflexão crítica e propositiva sobre os desafios existentes e as potencialidades a serem exploradas no trabalho em rede no contexto socioeducativo.

#### 1.4 No chão da socioeducação | Roda de conversa com profissionais



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

A Roda de Conversa para escuta de profissionais que atuam no sistema socioeducativo na região Sul foi marcada por muita participação e contribuições significativas para a reconstrução da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo, em que o microfone foi aberto para escuta de profissionais que participaram do evento tanto no formato virtual quanto no formato presencial.

A dinâmica envolveu a discussão de temas relevantes e desafios apontados pelos profissionais. Entre os tópicos abordados, destaca-se a necessidade de uma reflexão sobre a identidade da socioeducação e as estratégias que o Governo Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios planejam adotar para fortalecer a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Temas relevantes como a importância da política de assistência social na execução da socioeducação em meio aberto foram apontados pelos(as) profissionais. Eles(as) ressaltaram a necessidade de integração entre os sistemas de meio aberto e meio fechado, reconhecendo que a eficácia dessas medidas depende da cooperação entre diferentes esferas.





Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

*O grande desafio é pensarmos ações conjuntas para qualificarmos o atendimento socioeducativo, respeitando as características regionais. A qualificação do SINASE se dará também pelas experiências de sucesso de cada Estado*

**José Stédile - Presidente da FASE.**

Além disso, os(as) participantes ampliaram a perspectiva sobre a política de socioeducação, indo além do âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e destacando a intersetorialidade com outras políticas. A discussão foi permeada pela visão dos direitos humanos, sublinhando a necessidade de abordar a política socioeducativa sob essa perspectiva.

*É preciso discutir a política socioeducativa a partir da perspectiva dos direitos humanos*

**Andressa - Assistente social**

Outro ponto relevante levantado pelo grupo de profissionais foi a abordagem da proteção integral para os(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, um princípio que busca garantir o desenvolvimento pleno e saudável desses indivíduos. A preocupação com a mortalidade após o término das medidas socioeducativas também foi evidenciada, instigando a reflexão sobre a continuidade do apoio necessário pós-medida.

A discussão das violências institucionais praticadas contra os(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa trouxeram à tona a necessidade urgente do aprimoramento das práticas socioeducativas, visando garantir a proteção e respeito aos direitos humanos, promovendo o cumprimento de medida socioeducativa de acordo com o estabelecido pela Lei Federal N° 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei Federal N° 12.594/12 (Lei SINASE).

Os(as) profissionais ressaltaram a falta de conhecimento da sociedade em relação à



à política socioeducativa, indicando a urgência de compartilhar informações e conscientizar a população sobre a importância do sistema socioeducativo. A diferenciação entre a socioeducação e o sistema penitenciário também foi apontada como uma necessidade imperativa, sublinhando a importância da intervenção estatal nesse sentido.



*Se a gente equipara a socioeducação ao sistema penitenciário, a gente acaba virando sombra do sistema penitenciário.*

**Leila - Assistente Social**



A preocupação com retrocessos na política socioeducativa e a necessidade de educação continuada para os profissionais que atuam nesse campo foram temas recorrentes. Foi apontado também a necessidade de investimentos no âmbito da educação e atividades de lazer destinadas a adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo, especialmente nos programas de meio fechado. A discussão sublinhou a relevância dessas ações para promover a reintegração social e proporcionar oportunidades efetivas de transformação na vida dos (as) adolescentes e jovens.

Finalmente, a avaliação e revisão do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo foi destacada como fundamental para superar desafios nas Unidades Federativas, apontando para um horizonte de planejamento a longo prazo que visa garantir melhorias sustentáveis e significativas para a política socioeducativa. O primeiro encontro regional foi marcado como um espaço enriquecedor da discussão e construção coletiva para fortalecer a política socioeducativa.

### **1.5 Nada sobre eles(as), sem eles(as) | Roda de conversa com adolescentes**

O segundo dia também contou com a participação de adolescentes e jovens que cumpriam medida socioeducativa de internação no estado de Santa Catarina, na roda de conversa "*Nada sobre eles(as) sem eles(as)*". O momento contou com 2 adolescentes participantes e foi conduzida pela Coordenadora Geral de Políticas Públicas Socioeducativas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), que optou por uma dinâmica interativa entre o público e os(as) adolescentes.

Os(as) adolescentes destacaram que possuem uma relação positiva as equipes da unidade, em especial às áreas técnicas. Compartilharam a importância das atividades ofertadas pelas unidades para o cumprimento das medidas socioeducativas, apon-



tando suas preferências pela informática, oficina de arte e o cultivo da horta.

Os participantes da roda evidenciaram a relevância de programas que incentivem a educação como meio de reinserção social. Sobre os sonhos, os adolescentes apontaram o desejo de concluir os estudos e ingressar na universidade, bem como o desejo de empreender:



*Eu quero abrir a minha empresa de eventos e trabalhar com festas.  
Quero ser um empreendedor para ajudar a minha família*  
Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em Santa Catarina



*Sinto falta de andar de bicicleta, nadar e ficar na praia*  
Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em Santa Catarina



A Roda de Conversa “Nada sobre eles(as) sem eles(as)” evidenciou a importância de proporcionar oportunidades educacionais e formativas no cumprimento de medidas socioeducativas, além de revelar a importância de ouvir adolescentes em primeira pessoa, a partir das suas experiências e aspirações.

## 1.6 Encerramento do Encontro | Regional SINASE Pra Valer!



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



A mesa de encerramento do I Encontro **SINASE Pra Valer!**, constituiu-se como um espaço de síntese das discussões desenvolvidas ao longo do evento, repleta de reflexões sobre os resultados alcançados. A mesa foi composta pelos Ministérios representantes do Governo Federal, autoridades locais, entidades apoiadoras do projeto e adolescentes em atendimento socioeducativo:

- Mayara Silva de Souza, Coordenadora de Políticas Públicas Socioeducativas (MDHC);
- Regis Aparecido Andrade Spíndola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial (MDS);
- João bodega de Carvalho, Comissão da Infância, juventude e educação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- Julia Mendes Luz, Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (CONDEGE);
- Luís Antônio Johnson, Juiz Corregedor Coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;
- José Luiz Stedile, Presidente da FASE, representando o FONACRIAD;
- Representantes dos(as) adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo.

A Coordenadora Geral de Políticas Públicas Socioeducativas da SNDCA do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Mayara Silva de Souza, retomou os objetivos do encontro afirmando que os mesmos haviam sido alcançados, em especial a presença fundamental dos representantes dos Poderes Judiciário e Executivo, Ministério Público e Defensoria Pública, reforçando a importância da interação para que as políticas públicas voltadas à infância e juventude sejam eficazes, bem como com a escuta qualificada dos (as) adolescentes e jovens e profissionais da socioeducação da Região Sul.

*O evento foi muito importante para alinhar com outras instituições e esferas de poder as necessidades dos Estados e Municípios da região no atendimento à socioeducação e também para ter contato com experiências exitosas de outras regiões.*

**Júlia Gimenes Pedrollo - Defensora Pública**



As autoridades expressaram agradecimentos e destacaram a relevância do projeto dos encontros regionais **SINASE Pra Valer!**, apontando para a importância fundamental de eventos dessa natureza, que se tornam pilares para assegurar os direitos das crianças e adolescentes por meio de políticas públicas e da colaboração entre diversos órgãos governamentais.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



# II ENCONTRO REGIONAL SINASE PRA VALER! REGIÃO SUDESTE

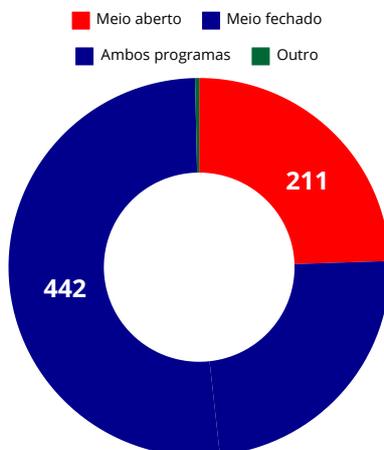
## 2. Panorama Geral

**Tabela 3: Dados gerais do II Encontro Regional - Região Sudeste.**  
Dados gerais do II Encontro Regional - Região Sudeste


<p><b>29 e 30 de junho de 2023</b> <b>Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - Auditório Manoel Espírito Santo/Vitória</b></p>
<p><b>862 pessoas inscritas</b></p>

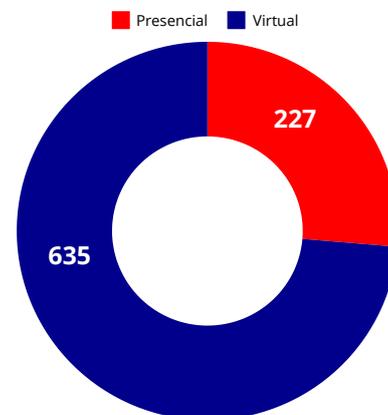
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 4: Interesses por programas - Região Sudeste.**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 5: Meio de participação - Região Sudeste.**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Estados que tiveram inscrições:**



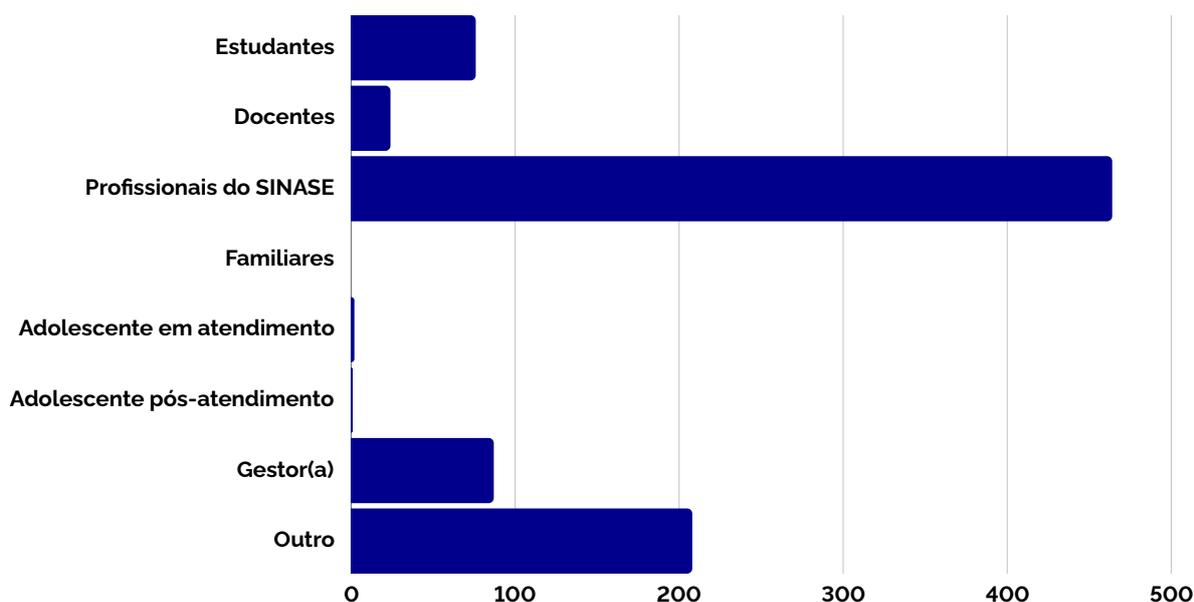
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Atores do SGDCA com maior participação:**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 6** : Perfil do público participante - Região Sudeste



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

## 2.1 Abertura do Encontro II Regional SINASE Pra Valer!

O II Encontro **SINASE Pra Valer!** foi realizado nos dias 29 e 30 de junho de 2023, na cidade de Vitória, capital do estado Espírito Santo. A região Sudeste é composta por 4 (quatro) estados, sendo eles: Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). A região apresenta 924.511 km<sup>2</sup> de extensão territorial e a maior concentração populacional do território brasileiro, contendo mais de 85 milhões de habitantes, reunindo 44% dos habitantes do Estado Brasileiro, segundo o IBGE (2022).

De acordo com os dados publicados no Levantamento Anual do SINASE 2023, os estados que compõem a região Sudeste atendem **6.839 adolescentes e jovens** nos programas de meio fechado, sendo a primeira maior região do país no atendimento socioeducativo de restrição e privação de liberdade.

Necessário também destacar que a adoção do modelo híbrido para a realização dos eventos possibilitou maior alcance e participação da sociedade no II Encontro **SINASE Pra Valer!**, foram **862 pessoas inscritas, sendo 227 para a modalidade virtual e 635 para a modalidade presencial**. O evento contou a presença de autoridades do Poder Executivo Federal e Estadual e do Poder Judiciário. A mesa de abertura foi composta por representantes dos Ministérios parceiros e dos programas estaduais de atendimento socioeducativo do meio aberto e do meio fechado, com as seguintes participações:

- Cláudio Antônio Vieira, Secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDHC);
- Mayara Souza, Coordenadora Geral de Políticas Socioeducativas na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDHC);
- Caroline Moraes, Assessora Técnica da Coordenação de Acesso e Equidade, do Ministério da Saúde (MS);



- Paulo Sérgio De Paula Vargas, Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo;
- Nara Borgo Cipriano Machado, Secretária da Secretária de Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo;
- Andressa Tavares Correia, Secretária da Secretaria de assistência social do estado do Espírito Santo .
- Heloisa Magalhães Goulart de Andrade, Coordenadora de Ensino de Jovens e Adultos da Secretaria Estadual da Educação do Rio de Janeiro;
- Guilherme Astolfi Caetano Nico, representante da Secretaria de Justiça e Cidadania de São Paulo;
- Patrícia Costa de Mello, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais;
- Rosângela Gomes, Secretária da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro;
- Itamar Júnior, representante da Secretaria Estadual da Assistência Social de São Paulo;
- Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, Diretoria Estadual de Políticas para Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais.
- Aline Forasteiro, Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos, da Secretaria de desenvolvimento social e direitos humanos do estado do Rio de Janeiro.

Na sua fala de abertura do evento, a Secretária de Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo declarou a importância do evento promovido pelo Governo Federal e a responsabilidade do estado do Espírito Santo em sediar o II Encontro **SINASE Pra Valer!**

*Reunir, compartilhar experiências é sempre muito valioso e nos Direitos Humanos é ainda mais necessário. Tenho certeza que estes dias foram muito produtivos para este grupo que atua diretamente na execução das medidas socioeducativas ao adolescente*

**Nara Borgo**

A representante da Coordenação Geral de Políticas Públicas Socioeducativas do MDHC destacou que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é uma estratégia para a implementação de políticas públicas destinadas à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens responsabilizados pela prática de ato infracional, normatizada pela Resolução nº 119, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que,



portanto, trata-se de uma obrigação compartilhada entre os entes federativos o investimento e esforços para sua qualificação.

O formato híbrido do evento foi destacado como uma forma que permite maior número de participações, por meio do ambiente virtual e presencial. Outro fato de destaque foi o local onde o evento foi realizado, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), lembrado o papel das entidades de ensino no processo de qualificação da política socioeducativa:

*É aqui [universidade] que queremos que seja o pós-medida dos (as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa*

**Mayara Souza**

O Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente enfatizou a importância de proporcionar um ambiente de trabalho acolhedor, seguro e digno para os(as) profissionais no sistema socioeducativo. Ressaltou que assegurar essas condições é fundamental não apenas para a eficácia do SINASE, mas também para valorizar e reconhecer o papel crucial que os(as) profissionais desempenham na reintegração social de adolescentes e jovens. Apontou que a garantia de um ambiente de trabalho adequado e seguro reflete também no compromisso do Governo em fortalecer as estruturas de apoio aos(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

O II Encontro **SINASE Pra valer!**, realizado na região Sudeste reflete o esforço coletivo e multidisciplinar da região em abordar as complexidades do sistema socioeducativo de uma maneira estratégica e baseada em evidências. A participação expressiva de diversos profissionais e representantes, junto aos(as) adolescentes, jovens e suas famílias, asseguram uma compreensão mais profunda e abrangente das necessidades e desafios enfrentados no campo da socioeducação.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

## 2.2 Painel das Políticas Estaduais para o atendimento socioeducativo na Região Sudeste

No primeiro dia do II Encontro **SINASE Pra Valer!**, as Gestões Estaduais da região Sudeste apresentaram o panorama dos programas de atendimento socioeducativo no meio aberto e meio fechado. As exposições foram conduzidas pelos(as) seguintes representantes:

- Guilherme Astolfi Caetano Nico, da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, de São Paulo;
- Giselle da Silva Cyrillo, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, de Minas Gerais;
- Graziela Mônica de Oliveira Rosário, da Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro;
- Fábio Modesto de Amorim Filho, do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo;
- Victor Poubel, do Departamento Geral de Ações Sócio Educativas do Rio de Janeiro;
- Thiago dos Santos, da Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo;
- Cristiano de Andrade, da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social de Minas Gerais;
- Mirtes Basílio da Silva, da Secretaria De Estado De Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo.

As exposições situacionais dos programas realizadas pelas Gestões Estaduais sobre a região Sudeste proporcionaram uma visão abrangente e detalhada do cenário socioeducativo. Estas apresentações compartilharam dados, análises, experiências e sobretudo os atuais desafios no contexto da socioeducação a serem superados na região, com um panorama das práticas, dificuldades e também dos avanços nos sistemas de atendimento. Através das apresentações, foi possível obter uma com-



preensão global e atualizada das dinâmicas e das especificidades da socioeducação na região.

A representante da Secretaria De Estado De Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo abordou que a oferta e execução especializada e qualificada da política socioeducativa possibilita resultados eficientes em um processo de responsabilização humanitária do adolescente e jovem que cometeu algum ato infracional, trazendo impactos positivos para sua vida, de sua família e da sociedade.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

O representante da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (FUNDAÇÃO CASA) de São Paulo apresentou os objetivos estratégicos delineados pela instituição para aprimorar o atendimento socioeducativo no próximo período. Primeiramente, ele destacou a importância de elevar o nível de aprendizagem dos(as) adolescentes. Em estreita relação com isso, ressaltou a necessidade de aumentar o número de adolescentes que concluem o Ensino Médio, reconhecendo que a conclusão da educação básica é um passo fundamental para a reintegração social efetiva e para a abertura de caminhos para oportunidades futuras.

Além disso, uma das principais preocupações abordadas pelo representante concentrou-se na redução da reincidência da medida de internação, apontando ser uma métrica importante que reflete o sucesso na prevenção da reiteração de atos infracionais. Foi enfatizado também a importância de ampliar a inserção socioproductiva dos(as) adolescentes, mencionando iniciativas como o Programa Novos Tempos, que foca na empregabilidade e preparação de adolescentes e jovens para o mercado de trabalho. Por fim, a valorização e a formação continuada dos socioeducadores foram apontadas como essenciais, reconhecendo que profissionais bem preparados e motivados são peças-chave para o sucesso de qualquer programa socioeducativo.

A inserção socioproductiva dos(as) adolescentes e jovens também foi abordada por pela representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Em sua apresentação, discutiu a articulação do Estado com o Progra-



ma Aprendiz e o Programa de Aprendizagem, que, conforme a avaliação estadual, cumpre um papel relevante na integração social dos(as) jovens atendidos(as) pelo sistema socioeducativo. Destacou que estes programas são fundamentais para proporcionar aos(as) adolescentes e jovens oportunidades de desenvolvimento profissional e habilidades práticas essenciais para a sua futura inserção no mercado de trabalho.

O sucesso dessas iniciativas é evidenciado pelo rol de órgãos públicos e empresas que acolhem esses jovens, como o SENAI, SENAC, SINE, RENAPSI, Comlurb, Correios, Caixa Econômica Federal(CEF), CIEE, diversas prefeituras, secretarias, o Tribunal de Justiça e empresas de grande porte como Banco do Brasil e Petrobrás. Este leque variado de instituições reflete um esforço conjunto para integrar os jovens em ambientes produtivos e educativos, oferecendo-lhes oportunidades valiosas de aprendizado e crescimento.

As demais apresentações também dispuseram de diagnósticos situacionais locais e discussões que contribuíram significativamente para o debate de aprimoramento no SINASE. Os gestores expositores forneceram uma série de recomendações e estratégias para fortalecer a relação entre os programas e os sistemas de atendimento socioeducativo estaduais e municipais. Essas contribuições forneceram elementos valiosos para modelos de avaliação, facilitando um diálogo produtivo e a troca de melhores práticas entre diferentes níveis de governança no contexto da socioeducação.

### 2.3 Palestra: "Potências e desafios do trabalho em Rede no SINASE"

O II Encontro **Sinase Pra Valer!** - Sudeste discutiu as dinâmicas do trabalho em rede no âmbito do SINASE, por meio da palestra formativa "Potências e desafios do trabalho em Rede no SINASE". A sessão foi ministrada por Pamela Zaparolli, cientista social e mestra em Antropologia Social, com atuação em programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Sua abordagem analítica e aprofundada proporcionou aos participantes uma visão detalhada dos complexos desafios e das potenciais soluções inerentes ao trabalho em rede no sistema socioeducativo, destacando a importância da colaboração interinstitucional e da integração de políticas para o sucesso do SINASE.

De acordo com Zaparolli, a abordagem do trabalho em rede no SINASE com foco na intersetorialidade, individualização do atendimento, envolvimento comunitário, capacitação profissional, e avaliação contínua são constituintes de um caminho promissor para o atendimento eficaz e humanizado de adolescentes e jovens em cu-



primário de medida socioeducativa. A antropóloga apontou que estes elementos juntos formam a base para um sistema socioeducativo mais justo, eficiente e transformador.



**Pesquisadora Pamela Zapparoli**

*O trabalho busca refletir acerca da reinserção escolar de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (MSE-MA), em resposta às demandas de ressocialização presentes no ECA e no SINASE e requeridas pelo Poder Judiciário*

**Pamela Zapparoli - Pesquisadora**

Conforme apresentado, as dificuldades enfrentadas no atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas são multifacetados, abrangendo desde questões estruturais e de gestão até a efetiva integração de políticas e práticas. A antropóloga apontou os seguintes elementos e análises:

- **Integração de Políticas Públicas:** um dos principais desafios é a efetiva integração das diversas políticas públicas (saúde, educação, assistência social, etc.) no contexto do SINASE;
- **Recursos e Infraestrutura:** A inadequação de recursos e infraestrutura para suportar um sistema integrado de atendimento socioeducativo é outro obstáculo significativo. Isso inclui a falta de financiamento, pessoal qualificado e instalações adequadas para atender às necessidades dos adolescentes;
- **Formação e Capacitação Profissional:** A formação e capacitação profissional impacta diretamente na qualidade do atendimento socioeducativo, sendo necessidades apresentadas pelos(as) profissionais;
- **Desafios Culturais e Sociais:** Há desafios culturais e sociais inerentes, como estigmas e preconceitos contra os(as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Isso pode levar a uma falta de empatia e compreensão das suas necessidades e circunstâncias, prejudicando sua reintegração social.

A palestra proporcionou uma compreensão aprofundada sobre a relevância e complexidade do trabalho em rede no contexto do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Zapparoli, portanto, destacou as potencialidades do trabalho em rede e enfatizou a importância de abordar e superar esses desafios para garantir um atendimento socioeducativo que verdadeiramente proteja e promova os direitos e o bem-estar dos(as) adolescentes e jovens.





Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

## 2.4 No chão da socioeducação | Roda de conversa com profissionais

A Roda de Conversa para escuta de profissionais que atuam no sistema socioeducativo na região Sudeste foi marcada por participações e contribuições significativas para a reconstrução da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Temas relevantes como a falta integração entre as medidas de meio aberto e fechado, a saúde mental na privação de liberdade de adolescentes e jovens, as inconsistências na garantia dos direitos dos(as) adolescentes, e a capacitação formativa para implementação de programas educativos eficazes fizeram parte das questões mais pontuadas pelos profissionais.

A garantia de direitos essenciais como acesso à educação, à saúde, à cultura, entre outros, apenas quando adolescentes e jovens são inseridos(as) nos programas de atendimento socioeducativo foi um ponto de discussão importante, que suscitou a necessidade de maior investimento nas políticas públicas de prevenção para que o atendimento socioeducativo não seja necessário, em especial, como repressão. Neste sentido, também foi levantado a importância do reconhecimento das fragilidades, equívocos e limitações existentes nos trabalhos preventivos e socioeducativos para o enfrentamento do problema de maneira verdadeira e eficiente na vida dos(as) adolescentes, e para o reconhecimento e valorização dos(as) profissionais que dedicam sua trajetória para atuação na socioeducação.

Outro destaque mencionado na roda de conversa foi a importância da autonomia dos(as) profissionais nos atendimentos diretos com as(os) adolescentes, em especial para a criação de vínculos com os(as) atendidos(as), que foi apontado como essencial para a efetivação do processo socioeducativo. Também foi apresentado como necessidade o investimento em estratégias de prevenção, os programas de sociais e reforço escolar, além de maior capacitação dos(as) profissionais.





Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

*Enquanto profissionais precisamos estar o tempo todo dialogando de forma muito aberta sobre o que está frágil, porque alguma coisa não está dando certo e nós não estamos dialogando [...] É nossa responsabilidade enquanto sociedade e enquanto instituição olhar para isso.*

**Charles (Chakal) - Educador Social**

A discussão racial também foi apontada como um tema pouco discutido no contexto da socioeducação, embora essencial, uma vez que adolescentes e jovens negras(os) são a maioria nos atendimentos socioeducativos e também são as maiores vítimas do genocídio contra a população negra. Neste sentido, evidenciou-se a necessidade de discutir o racismo estrutural no âmbito da socioeducação como tema central e emergencial.

A escolarização no meio fechado também foi tema de reflexão, especialmente para o fomento do acesso à educação regular fora das unidades socioeducativas nas escolas públicas, com apoio profissional específico e qualificado. Ainda no campo da educação, profissionais socioeducativos destacaram que o fato de estarem inseridos na unidade socioeducativa faz com que adolescentes extremamente inteligentes e interessados no processo educativo recebam menos apoio e atenção das redes de proteção, em especial das escolas, desta forma, o acesso à educação fica ainda mais limitado.

*Eu vou passar a chamar os 'socioeducandos' de alunos porque se estamos falando de socioeducação eles são alunos [...] Fico pensando porque não temos professor de apoio para que adolescentes em privação de liberdade possam frequentar a escola fora da unidade socioeducativa*

**Edileusa - Defensora Pública**



A ampliação de profissionais do corpo técnico nos parâmetros do SINASE também foi levantada como essencial, sendo apontado que é previsto 1 (um(a) psicólogo(a) para 20 (vinte) adolescentes, não sendo possível a realização do trabalho que é necessário. Essa revisão é fundamental inclusive como estratégia para o fortalecimento da natureza socioeducativa em detrimento do aspecto punitivo e policialesco que a privação de liberdade muitas vezes carrega.

Ainda, o funcionamento da Central de Vagas (CV), o tempo que adolescentes e jovens ficam nas delegacias após a apreensão policial e a aplicação e fiscalização da Resolução CONANDA nº 233, de 30 de dezembro de 2022, que estabelece diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), também foram abordados como pontos de atenção pelos profissionais.

*Como vamos trabalhar para que a educação e instrução seja efetiva na vida dos nossos jovens? A falta de instrução tem trazidos adolescentes para o cumprimento de medidas, e as medidas socioeducativas (meio aberto ou fechado) não é o lugar para os nossos jovens estarem.*  
**Uércules - agente socioeducativo**

O tema da segurança no contexto da socioeducação também foi apontado pelos (as) profissionais, em especial à proteção para garantia da vida dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tanto no meio aberto quanto no meio fechado.

*Este é um momento importante, um momento de crescimento e entrosamento entre os sistemas e suas equipes, neste sentido queria aproveitar para destacar o quanto que as nossas práticas impactam diretamente na vida e trajetórias de cada adolescente e jovem que passam por nós.*  
**Sorimar Sabória - Presidente do FONACRIAD**

Os(as) profissionais que se manifestaram apontaram com preocupação o movimento de conceder à iniciativa privada a execução do atendimento socioeducativo e apontam a necessidade de maior atenção e investimento do Poder Público para a melhoria das condições do atendimento.

Por fim, o foi entregue ao MDHC, ao MDS e à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo uma carta elaborada por um grupo de profissionais que atuam nos programas de meio aberto com algumas propostas para o processo de revisão do Plano Nacional do SINASE e com ações para a qualificação do atendimento Socioeducativo em todo o país.



## 2.5 Nada sobre eles(as), sem eles(as) | Roda de conversa com adolescentes

A segunda Roda de Conversa do II Encontro Regional **Sinase Pra Valer!** foi protagonizada por adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O momento contou com 15 (quinze) participantes e foi conduzido pela Coordenadora Geral de Políticas Públicas Socioeducativas, Mayara Souza, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), que optou por uma dinâmica interativa entre o público e os(as) adolescentes.

Durante a Roda de Conversa, os(as) adolescentes expressaram preocupações significativas relacionadas ao alinhamento do projeto educacional com programas de profissionalização. Eles(as) enfatizaram a necessidade de um currículo educacional que não apenas atenda aos requisitos acadêmicos, mas também forneça habilidades práticas e técnicas, preparando-os para o mercado de trabalho. Os(as) jovens ressaltaram também a importância de ter acesso a oportunidades de aprendizagem que sejam relevantes e adaptadas às suas aspirações e contextos locais, possibilitando um caminho viável para a independência e o sucesso profissional após o cumprimento das medidas socioeducativas.



Os(as) adolescentes também compartilharam suas experiências e desafios relacionados à saúde mental, sublinhando a necessidade de atendimentos psicológicos mais acessíveis nas unidades socioeducativas. Eles(as) apontaram para a prevalência de traumas, ansiedade e outras questões psicológicas decorrentes tanto de suas experiências de vida quanto do próprio processo de cumprimento das medidas socioeducativas.

Os(as) participantes concordaram sobre a urgência de integrar serviços de saúde mental efetivos e contínuos para a oferta de suporte emocional e terapêutico, contribuindo para o desenvolvimento integral e bem-estar.

Outro aspecto crucial abordado na Roda de Conversa foram os desafios enfrentados pelos(as) adolescentes na reinserção na comunidade. Muitos expressaram sentir-se marginalizados ou estigmatizados devido ao cumprimento de medida socioeducativa. Discutiu-se a necessidade de estratégias e programas que facilitem



sua transição de volta à sociedade, enfatizando a importância do apoio comunitário, da educação continuada e do acesso a oportunidades de emprego.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

*Queremos oportunidades, precisamos de cursos profissionais e de primeiras experiências de trabalho, se não depois ficará mais difícil.*

Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no Espírito Santo

A partir da escuta qualificada das questões apresentadas e do debate desenvolvido, os(as) adolescentes e jovens reconheceram que suas participações contribuem para garantir que as medidas socioeducativas sejam, além de integradoras, alinhadas com suas realidades, necessidades e expectativas.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

## 2.6 Encerramento do Encontro II Regional SINASE Pra Valer!

A mesa de encerramento do II Encontro Sinase Pra Valer! - Sudeste, constituiu-se como um espaço de síntese das discussões desenvolvidas ao longo do evento, repleta de reflexões sobre os resultados alcançados. A mesa foi composta pelas se-

guintes representações dos Ministérios parceiros, autoridades locais, representantes dos Ministérios parceiros, autoridades locais e entidades apoiadoras do projeto:

- Maria Luiza Oliveira, Diretora de Proteção da Criança e do Adolescentes na (MDHC);
- Caroline Morais, Assessora técnica da Coordenação de Acesso e Equidade, do Ministério da Saúde (MS);
- Ana Carla Costa Rocha, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- Edinaldo Santos, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça;
- Márcio Rogério de Oliveira, representante do Conselho Nacional do Ministério Público;
- Sorimar Sabória, Presidente do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FONACRIAD);
- Marta Volpi, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);
- Adriana Peres Marques dos Santos, representante do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais.

Os(as) participantes enfatizaram a importância de continuar a desenvolver e fortalecer as redes de apoio e colaboração entre as diferentes esferas governamentais, a sociedade civil e as instituições educativas, a fim de garantir um atendimento mais eficiente e compassivo aos adolescentes em situação de risco.

*Governos Federal, Estaduais e Municipais precisam atuar em conjunto para a construção dos planos e políticas voltadas à socioeducação visando a continuidade dos serviços e a garantia de direitos para adolescentes e jovens com prioridade [...] É importante lembrar quem são os verdadeiros protagonistas dos nossos esforços, nós somos apenas gestores e executores, é preciso ouvi-los(as) e conhecê-los(as). A intersetorialidade é importantíssima, mas não é suficiente, precisamos priorizar as medidas socioeducativas em meio aberto, como determina da Constituição Federal. Nós do Conselho Nacional de Justiça estamos comprometidos com a proteção integral, prioridade absoluta e com a reconstrução das trajetórias destes(as) adolescentes, reconhecendo cada um(a) como sujeitos de direitos e protagonistas da reconstrução das suas próprias trajetórias. Precisamos sair dos encontros regionais com forças renovadas e unidos pela pauta da socioeducação.*

**Edinaldo César, Juiz Auxiliar CNJJ/DMF**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Durante a mesa de encerramento, houve um consenso sobre a necessidade de aprofundar a integração entre as políticas de educação, saúde, assistência social e justiça, reforçando a ideia de que uma abordagem interdisciplinar é fundamental para atender às diversas necessidades dos(as) adolescentes e jovens atendidos(as) pelo sistema socioeducativo.

As discussões também se concentraram na importância de assegurar recursos adequados e infraestrutura, além de salientar a necessidade de formação contínua e apoio aos(as) profissionais envolvidos(as). A mesa ressaltou o valor da participação ativa dos(as) adolescentes no desenvolvimento de políticas e programas que afetam suas vidas, evidenciando a importância de ouvir e incorporar suas vozes e experiências no processo de tomada de decisão.

Por fim, destacaram-se os passos futuros e as ações necessárias para superar os desafios existentes no sistema socioeducativo. Foi reiterada a importância de implementar estratégias de monitoramento e avaliação contínuas para garantir a eficácia e a adequação das medidas socioeducativas.

O evento foi concluído com um chamado a ação para todos(as) os(as) envolvidos(as), encorajando uma colaboração mais estreita e um compromisso renovado com os princípios dos direitos humanos, a fim de promover um ambiente mais seguro e propício para o desenvolvimento integral e a reintegração social dos(as) adolescentes e jovens.



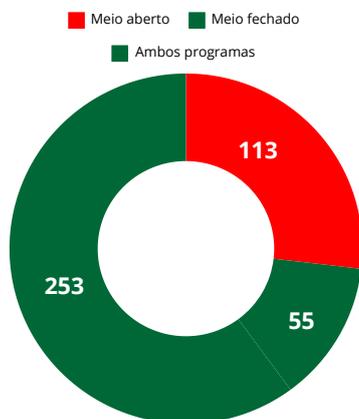
# III ENCONTRO REGIONAL SINASE PRA VALER! REGIÃO CENTRO-OESTE

## 3. Panorama Geral

Tabela 4: Dados gerais do III Encontro Regional - Região Centro-Oeste. Dados gerais do III Encontro Regional - Região Centro-Oeste	
	
<b>Dia 05 e 06 de setembro de 2023</b> <b>Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás</b> <b>Goiás/Goiania</b>	
<b>421 pessoas inscritas</b>	

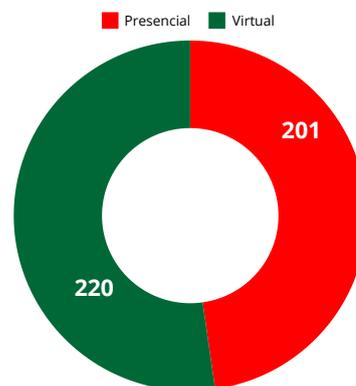
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 7: Interesses por programas - Região Centro-Oeste**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 8: Meio de participação - Região Centro-Oeste**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Estados que tiveram inscrições:**



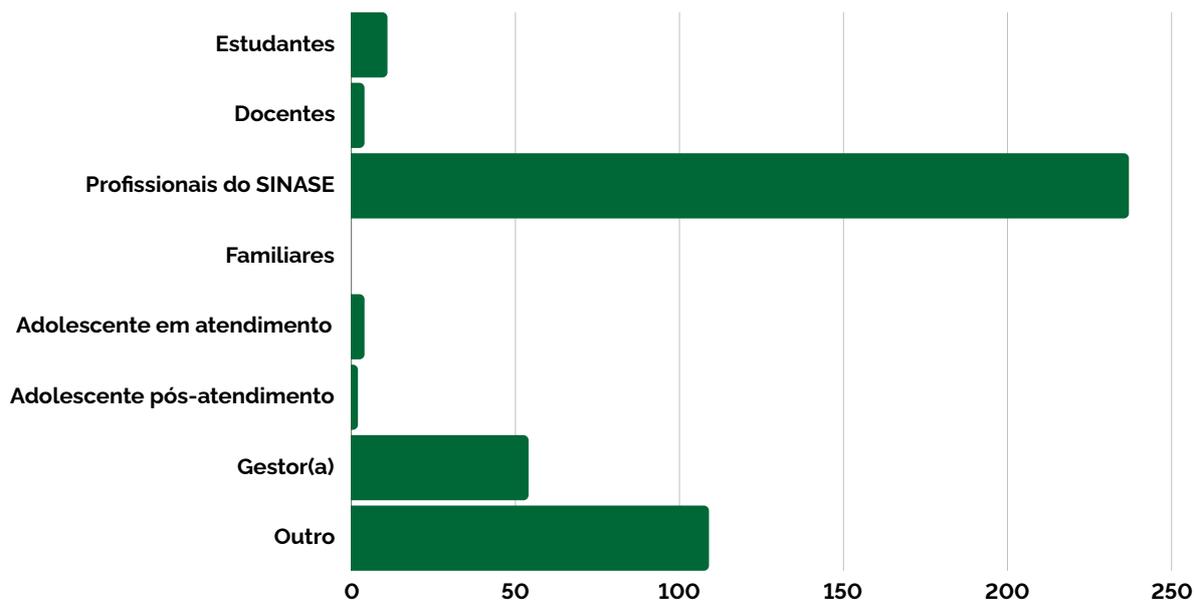
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Atores do SGDCA com maior participação:**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 9:** Perfil do público participante - Região Centro-Oeste.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### 3.1 Abertura do Encontro III Regional SINASE Pra Valer!

O III Encontro Regional **SINASE Pra Valer!** ocorreu na Região Centro-Oeste nos dias 5 e 6 de setembro de 2023, na capital do Estado de Goiás, Goiânia. A região Centro-Oeste é composta pelos estados de Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e o Distrito Federal (DF), conta com 16,3 milhões de habitantes, reunindo 8,02% da população brasileira e possui uma área de abrangência de 1.606.354 km<sup>2</sup>.

De acordo com o Levantamento Anual do SINASE 2023, os estados que compõem a região atendem **818 adolescentes e jovens** nos programas socioeducativos de meio fechado, sendo a quarta maior região do país no atendimento socioeducativo de restrição e privação de liberdade.

Necessário também destacar que a adoção do modelo híbrido para a realização dos eventos possibilitou maior alcance e participação da sociedade no II Encontro **SINASE Pra Valer!**, foram **421 inscrições, sendo 201 para participação presencial e 220 para participação virtual**. O evento contou a presença de autoridades do Poder Executivo Federal e Estadual e do Poder Judiciário. A mesa de abertura foi composta por representantes dos Ministérios parceiros e dos programas estaduais de atendimento socioeducativo do meio aberto e do meio fechado, com as seguintes participações:

- Cláudio Augusto Vieira, Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDHC);
- Mariângela Graciano, Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos, na Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC);
- Caroline Morais, Assessora Técnica da Coordenação de Equidade (MS);



- Francisco Coullanges Xavier, Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais (MDS);
- Saulo Mesquita, Presidente do Tribunal de Contas do estado de Goiás;
- Wellington Matos de Lima, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social;
- Pedro de Mello Florentino, Promotor de Justiça;
- Diego Moreno de Assis e Santos, Subsecretário de Políticas para Criança e Adolescentes;
- Lenice Silva dos Santos Barbosa, Secretária Adjunta de Justiça;
- Leycy Lucas de Miranda Vitória, Secretaria Adjunta de Assistência Social;
- Simone de Moura, Coordenadora de Gestão de Medidas Socioeducativas do Estado do Mato Grosso do Sul e;
- Patrícia Elias, Secretária da Assistência Social e dos Direitos Humanos do Estado do Mato Grosso do Sul.



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Durante a mesa de abertura, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso destacou a relevância da realização dos encontros regionais.

*Os encontros regionais são de extrema importância não apenas para a revisão da política de socioeducação, mas também para a melhoria dos dados sobre o sistema socioeducativo.*

**Lenice Silva - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso**

Adicionalmente, durante suas apresentações, os(as) representantes dos estados da região Centro-Oeste destacaram a relevância de construir um ambiente propício para os diálogos e integração das políticas públicas voltadas ao sistema socioeducativo, apontando que a política pública socioeducativa é intrinsecamente intersetorial, demandando, assim, uma construção coletiva.

*Esse encontro é a oportunidade que nós temos enquanto gestores de também nos aproximarmos do governo federal para que possamos não só dialogar, mas também buscar de forma coletiva, em conjunto, soluções para os problemas que já estão aí, postos.*

Diego Moreno - subsecretário de Políticas para Criança e Adolescentes (SEJUC-DF)

A proposta do **SINASE Pra Valer!**, promovido pelo Governo Federal, também evidencia o compromisso conjunto e multidisciplinar da Região Centro-Oeste em enfrentar, de maneira estratégica e fundamentada em evidências, as complexidades do sistema socioeducativo. A significativa participação de profissionais e representantes dos diversos estados da região, juntamente com adolescentes, jovens e suas famílias, garante uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados da política pública socioeducativa.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### 3.2 Painel das Políticas Estaduais para o atendimento socioeducativo na Região Centro-Oeste

O Painel II contou com a participação dos seguintes representantes dos estados da Região Centro-Oeste a fim de apresentarem o cenário da política pública socioeducativa em seus respectivos territórios:

- Iberê Ferreira, Superintendente de Administração Socioeducativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública do estado do Mato Grosso;
- Juliano Martins Rodrigues, Analista de Políticas de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do estado de Goiás;
- Daniel Fernandes, Subsecretário da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado e Justiça e Cidadania do Distrito Federal;
- Camila Farjado, Analista de Políticas de Assistência de Proteção Social Especial de Média Complexidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do estado de Goiás;
- Simone de Moura, Coordenadora de Gestão de Medidas Socioeducativas do Estado do Mato Grosso do Sul;
- Sílvia Regina Nakamatsu, Técnica de Referência da Média Complexidade da Coordenadoria de Proteção Social Especial do estado do Mato Grosso do Sul e;
- Jaqueline Vilalba, Coordenadora de Média Complexidade da Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica do estado do Mato Grosso.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Foi realizada uma apresentação de capoeira pelos adolescentes da unidade socioeducativa de Anápolis. Seguindo a programação, os representantes do estado de Goiás divulgaram a futura abertura de concurso para profissionais atuarem nas novas unidades do estado, marcando um importante passo no fortalecimento do sistema socioeducativo. A exposição objetiva destacou a diversidade de serviços oferecidos, abrangendo desde o atendimento psicossocial até a promoção de atividades de profissionalização qualificada, lazer e cultura para os(as) adolescentes. A Coordenadoria de Proteção Social Especial do estado do Mato Grosso do Sul apresentou a criação da Câmara Técnica em 2017 como uma estratégia para discutir



a interface entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o sistema socioeducativo do estado. A iniciativa visa lidar com as dificuldades no encaminhamento de adolescentes e jovens para o cumprimento das medidas socioeducativas de meio aberto, especialmente em municípios pequenos, em que a falta de conhecimento acerca da política socioeducativa gera discriminações desses(as) adolescentes e jovens. Foi apontado que pandemia interrompeu os atendimentos presenciais nos municípios, mas que a retomada das discussões e atualizações do Plano Nacional e o apoio do MDS será crucial para fortalecer as ações em todas as esferas, desde as regiões até os municípios.

Ao abordar a complexidade do contexto estadual, a representante do estado do Mato Grosso ressaltou que dos 141 municípios no estado, apenas 48 possuem Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Foram mencionados desafios enfrentados nesse cenário, destacando a diversidade e extensão geográfica do estado como fatores que influenciam na implementação efetiva de políticas sociais e programas socioeducativos. A exposição refletiu a necessidade de uma abordagem abrangente e personalizada para enfrentar os desafios específicos apresentados pelos diferentes municípios do estado.

Em suma, as exposições apresentaram análises situacionais locais e debates que contribuíram para o aprimoramento do SINASE. Os gestores e as gestoras que realizaram as exposições ofereceram recomendações e estratégias destinadas a fortalecer a relação entre os programas e os sistemas de atendimento socioeducativo estaduais e municipais. Essas contribuições forneceram elementos para o desenvolvimento de modelos de avaliação, facilitando um diálogo produtivo e a troca de melhores práticas no âmbito da socioeducação.

### **3.3 Palestra: “Potências e desafios do trabalho em Rede no SINASE”**

Na exposição da Diretora de Proteção da Criança e do Adolescente (MDHC), Maria Luiza Moura, durante a Palestra Magna intitulada “Potências e desafios do trabalho em Rede no SINASE” foi compartilhada uma perspectiva valiosa sobre a abordagem socioeducativa em relação aos(as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A Diretora refletiu sobre a tendência de punir imediatamente os(as) adolescentes quando as regras são quebradas no atendimento socioeducativo, mencionando o afastamento do(a) adolescente de atividades que lhe proporcionavam prazer e são seus direitos estabelecidos por lei. Enfatizou a importância de substituir a abordagem punitiva por uma reflexiva, promovendo uma atmosfera de diálogo e pensamento crítico sobre as ações cometidas.

Como boa prática, foi compartilhado a oficina de música conduzida pela banda Boogarins com adolescentes que sobreviveram ao incêndio no Centro de Internação



Provisória em maio de 2018. Foi apontado como ações como essas demonstram as possibilidades de avanço e transformação das práticas socioeducativas a partir de abordagens mais humanizadas.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### 3.4 No chão da socioeducação | Roda de conversa com profissionais

No III Encontro Regional: **SINASE Pra Valer!**, profissionais apontaram diversas temáticas importantes para o desenvolvimento e aprimoramento da política socioeducativa. As falas dos(as) participantes evidenciaram o comprometimento com a construção de um ambiente mais inclusivo e eficiente para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Um dos temas centrais discutidos foi a garantia do acesso à educação para os(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, em que foi enfatizada a importância de garantir oportunidades educacionais significativas, reconhecendo a necessidade de formas de aprendizagem que estejam mais alinhadas com a realidade e contextos específicos desses(as) sujeitos(as).

Os desafios e possibilidades de acesso à educação foram explorados à luz dos estigmas frequentemente associados aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A discussão ressaltou a necessidade de superar preconceitos para assegurar um ambiente educacional inclusivo e propício ao desenvolvimento pleno desses(as) adolescentes e jovens.



*É um grande desafio essa questão da escolarização.*

**Fabiola, Assistente Social**



Os(as) profissionais destacaram a importância do financiamento adequado para viabilizar estratégias inovadoras, visando aprimorar o atendimento e as oportunidades para os(as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A discussão também ressaltou a importância da intersetorialidade, destacando a necessidade de colaboração entre diferentes setores para garantir um atendimento integral e abrangente.

Outro ponto crucial abordado foi a necessidade de formulação de políticas de saúde mental específicas para a socioeducação. Os(as) profissionais enfatizaram a importância da integração das políticas de saúde, assistência social e segurança pública, reconhecendo a interconexão dessas áreas na promoção do bem-estar dos(as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A participação ativa da sociedade civil foi ressaltada como uma força impulsionadora para garantir que as políticas públicas voltadas a garantia do direito de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa sejam concretizadas, a partir do monitoramento dessas políticas.

A relevância do Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas (SIPIA-SINASE) foi sublinhada como uma ferramenta essencial para coletar dados precisos sobre o sistema socioeducativo, fornecendo uma base sólida para tomada de decisões e planejamento estratégico.



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



No mais, a importância da formação continuada dos profissionais que atuam na socioeducação foi ressaltada como um pilar fundamental para garantir o atendimento integral e a atualização constante das práticas, fortalecendo assim a qualidade do sistema socioeducativo como um todo. Esse encontro regional revelou-se como uma plataforma significativa para o diálogo construtivo e a construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados no campo da política socioeducativa na região Centro-Oeste.



*É necessária a construção da intersetorialidade e a vinculação entre os equipamentos.*

**Caroline, Assistente Social**



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### 3.5 Nada sobre eles(as) sem eles(as) | Roda de conversa com adolescentes

O segundo dia do evento foi marcado pela exposição de artesanatos confeccionados pelos(as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, seguida pela Roda de Conversa intitulada "Nada sobre eles(as), sem eles(as)". A dinâmica foi conduzida pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Francisco C. Xavier, na qual os adolescentes eram



orientados a apresentar a pessoa ao seu lado, expressando suas percepções sobre quem ela é e sugerindo aspectos positivos para seu desenvolvimento.

Posteriormente, realizava-se o caminho inverso. Essa dinâmica teve como propósito instigar a reflexão dos(as) adolescentes presentes sobre a atuação dos(as) profissionais no sistema socioeducativo, proporcionando-lhes a compreensão mais profunda de que as políticas públicas são formuladas para atender às suas necessidades.

Um dos temas recorrentes nas falas dos(as) adolescentes foi a expressão de saudades da família, do núcleo de convivência e da comunidade, destacando a importância do apoio social e afetivo no processo de ressocialização, e apontando a necessidade de construções estratégias que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários durante o cumprimento das medidas socioeducativas.



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

A rotina nas unidades socioeducativas e as atividades realizadas foram exploradas durante a conversa, proporcionando uma visão mais detalhada do cotidiano desses adolescentes. Os(as) adolescentes compartilharam também seus sonhos e o desejo de mudança, apontando a importância de acreditar na possibilidade de suas vidas. Um ponto significativo destacado por um participante foi a mudança em seus pensamentos após a inserção no sistema socioeducativo, como expõe a fala a seguir:



*Visita de 15 em 15 dia eu sinto saudade da minha mãe pra \*\*\*\*\* , velho. Nossa, sério mesmo! Uma coisa que eu não sentia e hoje eu sinto é saudade. Sim, saudade das minhas irmãs. Sim, saudade dos meus irmãos.*

**Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa da região Centro-Oeste**

*(Algo) bem difícil de falar pra mim é saudade. Eu sinto saudade da minha mãe, nossa, nossa senhora, pra \*\*\*\*\* . Saudade, sei lá, de abraçar, beijar, falar eu te amo. Uma coisa que nunca falei pra minha mãe, falei aqui dentro. Falar eu te amo.*

**Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa da região Centro-Oeste**

A roda de conversa não apenas forneceu um espaço para a expressão desses(as) jovens, mas também contribuiu para a construção de um ambiente de escuta e compreensão. Essa experiência coletiva reforçou a importância do diálogo aberto, bem como destacou a necessidade contínua de abordagens humanizadas no sistema socioeducativo, visando promover verdadeiras oportunidades de transformação e reinserção social.

*Na rua, lá no mundo, falar pra vocês, nossa, não gostava de ninguém. Meus irmão, de mim, eu tenho dificuldade em gostar de alguém. Eu não era uma pessoa de se aproximar, de ser amigável, abraçar, eu não era esse tipo de cara.*

**Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa da região Centro-Oeste**

As reflexões dos(as) adolescentes e jovens evidenciam a complexidade das dificuldades enfrentadas no contexto institucional e nas relações interpessoais. Ao explorarem a rotina nas unidades socioeducativas, compartilharam sonhos e anseios, ressaltando a importância de acreditar na possibilidade de mudança.



### 3.6 Encerramento do Encontro III Regional SINASE Pra Valer!

Durante a mesa de encerramento foram abordados de maneira sintética pontos cruciais discutidos, e foi reforçado o compromisso contínuo com os princípios do SINASE. Agradecimentos foram expressos e os participantes foram instigados a transformar as ideias em ações concretas. Esse momento contou com a participação das seguintes autoridades:

- Maria Luiza Moura, Diretora de Proteção da Criança e do Adolescente (SNDCA/MDHC);
- Cláudio Augusto Vieira, Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDHC);
- Mariângela Graciano, Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos, na Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (MEC);
- Francisco C. Xavier, Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais (MDS);
- Ana Maria Villa Real, Promotora de Justiça integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- Sorimar Sabória, Presidente do Fórum Nacional de Organizações de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD) e;
- Daniel Kenji Sano, Defensor Público integrante Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE).

Na fala de encerramento, a Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente (MDHC) expressou sua gratidão pela promoção do momento de diálogo enriquecedor. Enfatizou também a responsabilidade compartilhada na construção da política socioeducativa, e reconheceu que, apesar dos avanços, ainda há resquícios de um passado não superado, conforme evidenciado pelas experiências marcantes compartilhadas pelos próprios adolescentes.

Foi destacada a necessidade de compreender que, se as condições não estão adequadas para os jovens, isso reflete diretamente na qualidade da política socioeducativa em si. A analogia com o cuidado do planeta evidencia a interconexão entre o bem-estar individual e o coletivo, ressaltando a importância de muitas "aldeias" para cultivar uma base sólida de cuidado humano e ambiental, com raízes profundas nas tradições africanas de preservação da humanidade. Pontuou também a importância de continuar enfrentando esses desafios para construir um sistema socioeducativo mais inclusivo e equitativo para todos.



A Coordenação Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersectoriais (MDS) ressaltou a importância de políticas públicas bem ajustadas para atender os(as) adolescentes e jovens, sobretudo as voltadas para a prevenção, evitando, assim, o ingresso desses(as) sujeitos(as) no sistema socioeducativo. Além do mais, destacou-se também a importância da intersectorialidade para superar desafios expostos durante o encontro.

*A gente está fazendo o SINASE neste momento, construindo um legado para o futuro para os nossos jovens.*

**Francisco C. Xavier**

Por fim, mesa de encerramento recapitulou os pontos essenciais debatidos e reafirmou o compromisso contínuo com os princípios do SINASE. O reconhecimento da responsabilidade compartilhada na construção da política socioeducativa e a necessidade de superar os desafios impostos a garantia dos direitos dos(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa foi destacada.

## IV ENCONTRO REGIONAL SINASE PRA VALER! REGIÃO NORDESTE

### 4. Panorama Geral

**Tabela 5: Dados gerais do IV Encontro Regional - Região Nordeste**  
Dados gerais do IV Encontro Regional - Região Nordeste

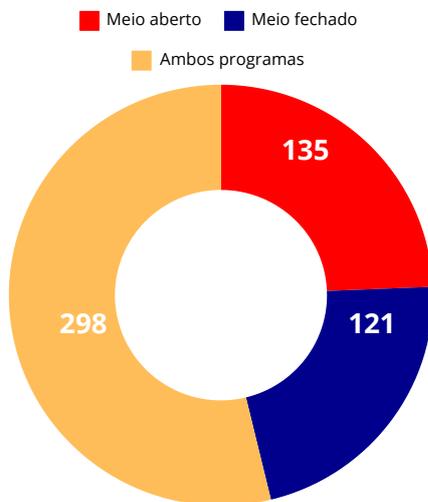


**27, 28 e 29 de setembro**  
**Auditório SESC Cabo Branco - Paraíba/João Pessoa**

**554 pessoas inscritas**

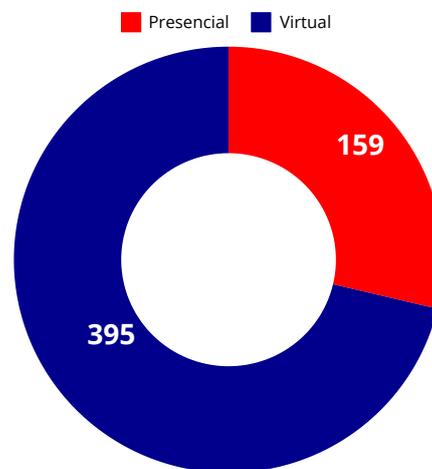
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 10: Interesses por programas - Região Nordeste**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 11: Meio de participação - Região Nordeste**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Estados que tiveram inscrições:**



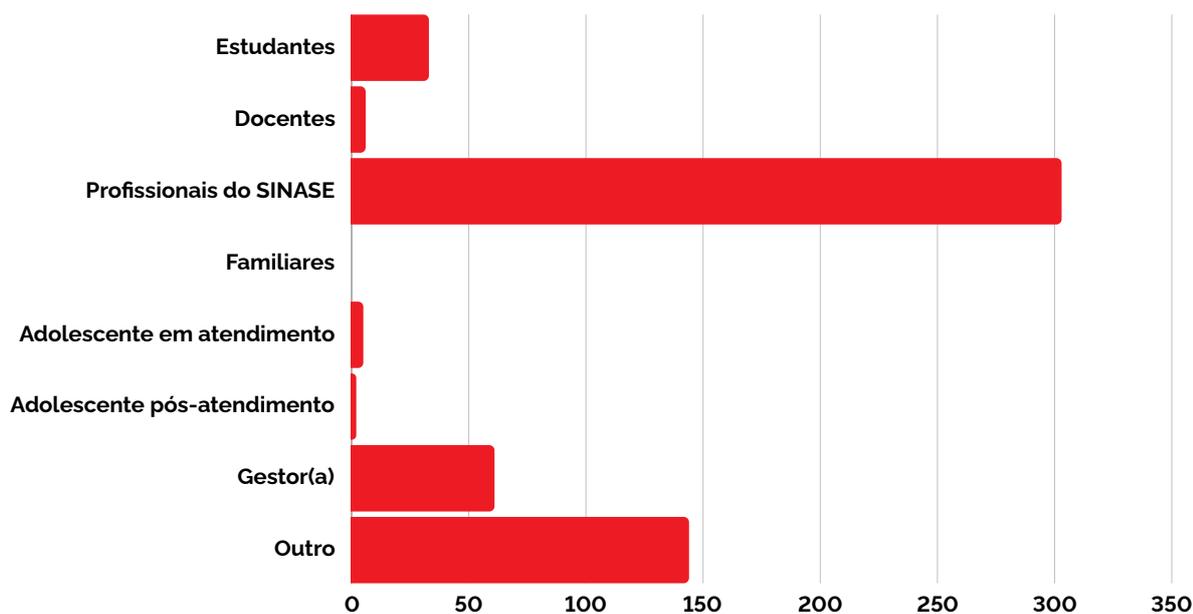
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Atores do SGDCA com maior participação:**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 12:** Perfil do público participante - Região Nordeste



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

#### 4.1 Abertura do Encontro IV Regional SINASE Pra Valer!

O IV Encontro Regional **SINASE Pra Valer!** foi realizado entre os dias 27, 28 e 29 de setembro de 2023, na Região Nordeste do Brasil, em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Composta por nove estados, a região Nordeste é a terceira maior em extensão territorial do país, com uma área de 1.544.291 km<sup>2</sup>. Em números populacionais, a região é a segunda maior, com mais de 56 milhões de habitantes, segundo o IBGE (2022). A região nordeste do Brasil é composta por: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE).

De acordo com o Levantamento Anual do SINASE 2023, a Região Nordeste atende **1.998 adolescentes e jovens** nos programas de meio fechado, sendo a segunda maior região no atendimento socioeducativo do país.

Necessário também destacar que a adoção do modelo híbrido dos encontros, mais uma vez, possibilitou uma ampla participação de toda a sociedade no IV Encontro **SINASE Pra Valer!**, foram **554 pessoas inscritas, sendo 395 para a modalidade virtual e 159 para a modalidade presencial.**

A abertura do evento contou com a apresentação cultural dos adolescentes e jovens do estado da Paraíba. O coletivo realizou uma apresentação repleta de emoção, proporcionando um momento de acolhimento para o público do evento. Importante também destacar a recepção calorosa e competente de todos os profissionais da Rede Socioeducativa da Região Nordeste, em especial da Fundac/Paraíba, que possibilitou maior conforto às participações presenciais.



A mesa de abertura foi composta por representantes dos Ministérios parceiros e dos programas estaduais de atendimento socioeducativo do meio aberto e do meio fechado, com as seguintes participações:

- Cláudio Augusto Vieira, Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
- Ana Luiza Lemos Serra, Assessora Técnica da Coordenação de Acesso e Equidade, do Ministério da Saúde (MS);
- Ana Carla Rocha, Coordenadora-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- Mariângela Graciano, Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adulto Ministério da Educação (MEC);
- Mayara Silva de Souza, Coordenadora-Geral de Políticas Socioeducativas na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
- Fabya Reis, Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do estado da Bahia;
- Pollyanna Dutra, Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano do estado da Paraíba;
- Flávio Emiliano Moreira D. Soares, Presidente da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" (Fundac/Paraíba);
- Amanda Cristina de Aquino Costa, Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do estado do Maranhão;
- Luiz Carlos Borralho, Secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Social do estado do Maranhão;
- Sônia Maria Dias de Sousa, Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos do estado do Piauí;
- Roberto Bassan Peixoto, Superintendente do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Ceará/SEAS;
- Carolina Cabral, Secretária de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas do estado de Pernambuco;
- Kelmann Vieira de Oliveira, Secretário de Prevenção à Violência do estado de Alagoas;
- Herculano Ricardo Campos, Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do estado de Rio Grande do Norte e;
- Cleber Pinto, Diretor Operacional da Fundação Renascer do estado de Sergipe.



A Coordenação Geral de Políticas Públicas Socioeducativas destacou que a iniciativa dos encontros regionalizados busca fortalecer o SINASE por meio da aproximação da gestão nacional junto às redes socioeducativas locais. Foi ressaltado também a importância dos encontros para a avaliação e monitoramento das políticas socioeducativas.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

O Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, durante sua fala, chamou atenção dos participantes para o trabalho dos profissionais socioeducadores:



*O nosso caminho, o caminho de quem atua no Sinase, é o caminho da educação. O Sinase é um Sistema de quem sobreviveu à barbárie historicamente praticada aos jovens desse país. E eu queria chamar atenção para o socioeducador - e quando digo socioeducador, falo desde de quem abre a porta até quem ordena despesas, todos são socioeducadores. Vocês não são carcereiros porque nossos jovens não precisam de carcereiros, os profissionais socieducadores são fundamentais. O Sinase sozinho não faz nada.*

**Cláudio Augusto Vieira**



As falas proferidas durante a abertura do evento destacam a importância da educação e do papel dos(as) socioeducadores(as) no processo de reintegração social dos(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Foi também abordado a essencialidade da integração entre as políticas públicas e do levantamento de dados acerca da política socioeducativa para estabelecer uma abordagem estratégica, baseada em evidências para aprimorar o atendimento socioeducativo.



## 4.2 Painel das Políticas Estaduais para o atendimento socioeducativo na Região Nordeste

No segundo dia dos Encontros Regionais **SINASE Pra Valer!**, as Gestões Estaduais da região Nordeste apresentaram o panorama dos programas de atendimento socioeducativo no meio aberto e meio fechado. As exposições foram conduzidas pelos(as) seguintes representantes:

- Ana Paula Sales de Medeiros, Gerente Executiva da Proteção Especial da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano do estado da Paraíba;
- Flávio Emiliano Moreira Damião Soares, Presidente da FUNDAC do estado da Paraíba;
- Fernanda Luísa Chagas Cunha, Supervisora de Média Complexidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do estado do Maranhão;
- Sorimar Sabóia Amorim, Superintendente do Sistema Socioeducativo do estado do Maranhão;
- Tania Regina Xavier Conceição, Técnica de Média Complexidade da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do estado da Bahia;
- Regina Affonso, Diretora Geral da FUNDAC do estado da Bahia;
- Monica Regina Gondim Feitoza, Coordenadora da Proteção Social Especial da Secretaria da Proteção Social do estado do Ceará;
- Roberto Bassan Peixoto, Superintendente do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do estado do Ceará;
- Kátia Born Ribeiro, Secretária de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social do estado de Alagoas;
- Otávio Henrique Palmeira Rêgo, Superintendente da Superintendência de Medidas Socioeducativas do estado de Alagoas;
- Cícera Romana Andrade da Silva, Diretora da Unidade de Atendimento Socioeducativo do estado do Piauí;
- Ananias Pereira da Cruz, Gerente de Proteção Social Especial de Média Complexidade da Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos do estado do Piauí;
- Herculano Ricardo Campos, Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do estado do Rio Grande do Norte.
- Larissa Mércia Feitosa de Carvalho, Subcoordenadora da Proteção Social Especial da Secretaria de Estado do trabalho, da Habilitação e da Assistência Social do estado do Rio Grande do Norte;
- Raissa Braga, Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do estado de Pernambuco;
- Suelly da Silva Cysneiros, Gerente de Medidas Socioeducativas em meio Aberto da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas do estado de Pernambuco;
- Cleber Pinto, Diretor Operacional da Fundação Renascer do estado de Sergipe;
- Erica Lima Cavalcante Mitidieri, Secretária de Estado da Assistência Social e Cidadania do estado de Sergipe.



As exposições situacionais dos programas realizadas pelas Gestões Estaduais proporcionaram o compartilhamento dos dados, das análises, das experiências e dos desafios no contexto da socioeducação do Nordeste. Além disso, contribuíram para o debate de melhorias no atendimento socioeducativo em todo o país, demonstrando sugestões e mecanismos de aproximação entre os Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo

Entre as exposições, a Superintendência do Sistema Socioeducativo do estado do Maranhão apresentou o Panorama das Medidas Socioeducativas em Meio Fechado no Maranhão, apontando os investimentos no sistema socioeducativo do governo do estado com melhoria na infraestrutura dos Centros, implantação das coordenações de segurança, qualificação dos servidores e fortalecimento da educação e profissionalização, apontando que são ações que contribuem na construção do projeto de vida dos(as) adolescentes.



*Ao longo desse processo, a família do adolescente que cumpre medida socioeducativa também é acompanhada pela equipe técnica da Funac e isto, faz muita diferença.*

**Sorimar Sabóia.**



A prática de envolver as famílias no acompanhamento técnico realizado pela Fundação da Criança e do Adolescente (Funac/MA) é uma ação importante que durante o evento foi apontado pelos gestores estaduais como inspiração para diversos programas, destacando a importância das trocas de experiências e práticas inovadoras.

As demais apresentações do bloco revelaram os levantamentos estatísticos locais e também ressaltaram a importância do envolvimento familiar no processo socioeducativo como fundamental para a eficácia das medidas aplicadas. Segundo os gestores estaduais, o acompanhamento proporciona para equipe uma compreensão mais profunda dos fatores de risco e proteção presentes no ambiente familiar, permitindo intervenções mais direcionadas e significativas.

De igual forma, sinalizou-se a necessária oferta de apoio técnico também aos membros das famílias, a fim de fortalecer os laços familiares, fundamentais para um todo do processo de reintegração social de adolescentes e jovens no contexto da socioeducação.

As representantes da Fundação de Atendimento Socioeducativo apresentaram os programas "Combate ao Racismo Estrutural e Institucional" e "Combate a Tortura e a Tratamentos Desumanos e Degradantes", afirmando a necessidade de discutir essas temáticas e construir ações que visem sua superação, uma vez que fazem parte da .



realidade dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

A importância da consideração das especificidades das vivências de adolescentes transgêneros no cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado também foi abordada pelas representantes do estado de Pernambuco, que compartilharam uma cartilha escrita por adolescentes e jovens transgêneros acerca de suas realidades no sistema.

A representante da Proteção Social Especial da Secretaria de Estado do trabalho, da Habilitação e da Assistência Social do estado do Rio Grande do Norte apresentou o contexto do sistema socioeducativo de medida de meio aberto do Rio Grande do Norte, apontando que um dos desafios enfrentados é o desconhecimento de parte dos atores da política acerca das atribuições dos CREAS. Destacou ainda a importância dos(as) profissionais da política socioeducativa considerarem a realidade dos territórios dos(as) adolescentes para a qualificação das medidas socioeducativas de meio aberto.

Nas apresentações das Gestões Estaduais foi unânime a relevância de uma abordagem multifacetada no atendimento socioeducativo. Esta abordagem, caracterizada por uma rotina sociopedagógica diversificada, engloba atividades de escolarização, incentivo à profissionalização por meio de parcerias estratégicas, práticas esportivas e de lazer, bem como atividades culturais e serviços de saúde, sob a supervisão necessária de uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos(as), enfermeiros(as), advogados(as) e pedagogos(as). Todos os estados relataram o desafio comum da constituição das equipes multiprofissionais.

Ademais, as participações dos estados, além de contemplarem a apresentação de dados estatísticos atuais, também se propuseram a refletir sobre o impacto das ações planejadas, por exemplo, a inclusão de atividades educacionais e profissionalizantes que visam preparar os(as) adolescentes e jovens para o mercado de trabalho e para a continuidade dos seus estudos pós-atendimento socioeducativo.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Outro aspecto abordado esteve relacionado às práticas esportivas e culturais e suas significativas contribuições para o desenvolvimento físico, criativo e emocional dos(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Foi evidenciado que os serviços de saúde e o acompanhamento psicossocial e jurídico garantem o bem-estar físico e mental dos(as) adolescentes e jovens, além de assegurar seus direitos.

Em síntese, as apresentações das gestões estaduais no evento **SINASE Pra valer!** forneceram dados estatísticos contextualizados e um panorama sobre os avanços e desafios enfrentados nos sistemas socioeducativos estaduais e municipais. As contribuições de todos os programas refletiram a diversidade de contextos e abordagens das políticas socioeducativas, destacando a relevância de uma colaboração contínua e adaptativa para fortalecer e desenvolver novas práticas socioeducativas em todo o país.



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



### 4.3 Palestras: "Socioeducação se faz com educação e integração" e "Trajetórias Interrompidas"

O evento contou com dois momentos formativos de grande relevância, ambos alinhados com a temática central do encontro: a implementação de práticas socioeducativas eficazes e humanizadas.

O primeiro foi marcado pela palestra intitulada "*Socioeducação se faz com educação e integração*", proferida pelo Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Cláudio Augusto Vieira. A fala do Secretário enfatizou a complexidade do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e a necessidade de abordagens que integrem educação, segurança e gestão socioeducativa, visando a reintegração social dos(as) adolescentes e jovens.

Durante a palestra, o secretário apontou que para a efetivação das políticas socioeducativas é necessário a atuação integrada do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único da Assistência Social, Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sistema Educacional.

**Imagem 3 - Sistema de garantias de direitos**



Fonte: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE.

A palestra do Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente abordou os seguintes aspectos:

- Abordagem histórica: A apresentação revisou a evolução da legislação e práticas em relação ao tratamento de crianças e adolescentes em situação de risco, desde a Doutrina da Situação Irregular até a Doutrina da Proteção Integral;
- Complexidade do SINASE: Foi destacada a necessidade de políticas intersetoriais e pactuações interinstitucionais para atender às demandas do sistema, que inclui uma variedade de estruturas administrativas e exige a articulação de uma ampla gama de conhecimentos;
- O(a) Profissional da Socioeducação: Foi discutida a importância do papel dos(as) profissionais da socioeducação, ressaltando a necessidade de abordagens educativas e restauradoras, em contraposição a práticas corretivas e repressivas;

- Parâmetros Pedagógicos na Socioeducação: A discussão incluiu a importância de uma educação centrada no coletivo e na participação ativa dos(as) adolescentes;
- Segurança Socioeducativa: Aspectos de segurança dentro do contexto socioeducativo foram abordados, enfatizando o direito à segurança focado na proteção integral do adolescente e jovem em cumprimento de medida socioeducativa, e a importância da formação dos(as) profissionais;
- Gestão Socioeducativa: Foi enfatizado o papel da gestão em diversas áreas, incluindo a gestão do sistema, das pessoas, da comunicação e a gestão das estruturas físicas.

O segundo momento formativo foi destinado à apresentação da pesquisa *"Trajetórias Interrompidas"*, realizada pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará, que apresenta dados acerca da trajetória de adolescentes e jovens após o cumprimento da medida socioeducativa no Ceará. Com um foco especial em Fortaleza e outros municípios com altos índices de homicídios, a pesquisa revela como as trajetórias de vida desses(as) adolescentes e jovens são drasticamente interrompidas pela violação de direitos e violências, sendo as principais vítimas os jovens negros, pobres e periféricos.

A pesquisa ressalta a importância da implementação de políticas públicas que previnam o homicídio de adolescentes e jovens e promovam a garantia de direitos. A apresentação baseou-se em estudos e análises que evidenciam a necessidade de uma ação governamental mais efetiva e humanizada, capaz de enfrentar as raízes das violências e proporcionar um futuro mais promissor para a juventude.

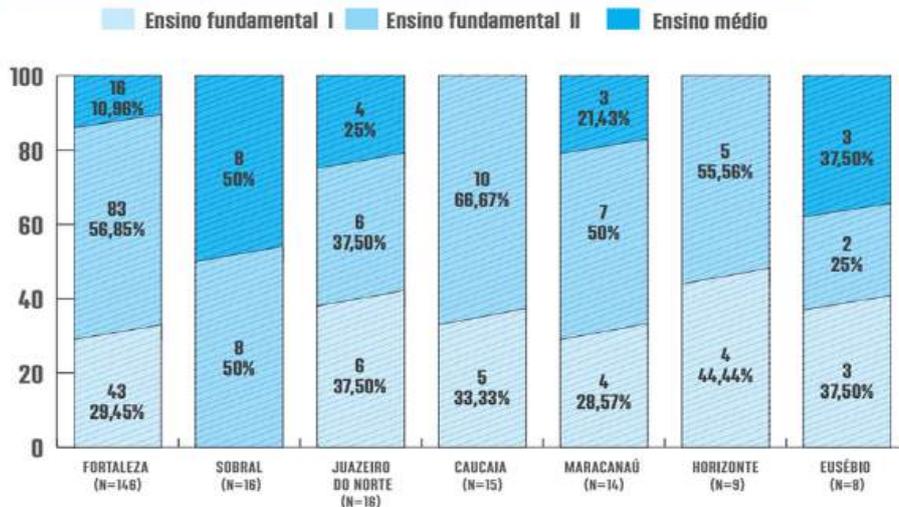
Os dados levantados pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência destaca a educação como um fator protetivo ao homicídio de adolescentes e jovens. No entanto, a pesquisa destaca que o acesso e permanência de adolescentes e jovens após o cumprimento de medida socioeducativa na escola apresenta-se como um desafio, sendo a discriminação, estigmatização e perda de documentos desses(as) sujeitos(as) uma das motivações para isso. A violação do direito à educação de adolescentes e jovens durante e após o cumprimento de medida socioeducativa é apontada como intensificar de vulnerabilidades sociais.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

## Imagem 4 - Palestra Trajetórias Interrompidas: Nível de escolaridade

### Nível de escolaridade dos jovens assassinados

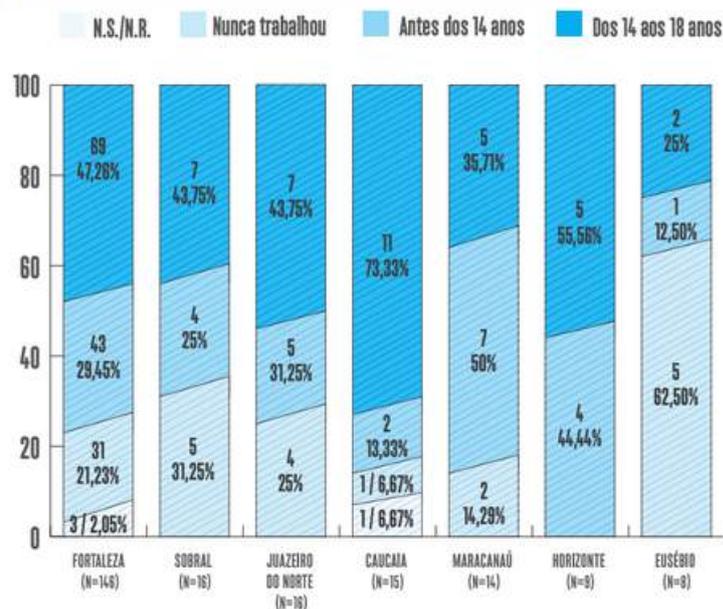


Fonte: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Como a imagem 5 aponta, os dados da pesquisa demonstram que quantidade significativa de adolescentes e jovens que já cumpriram medidas socioeducativas foram vítimas de trabalho infantil e o trabalho informal foi estendido ao início da juventude. A pesquisa demonstra também que esses(as) adolescentes apresentam baixa frequência de acesso aos serviços de saúde e participação limitadas em programas e projetos sociais, apesar da vulnerabilidade social enfrentada por eles(as) e suas famílias.

## Imagem 5 - Idade da primeira experiência de trabalho

### Idade da primeira experiência de trabalho



Fonte: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

A pesquisa aponta que ao invés de políticas públicas garantidoras da proteção integral de adolescentes e jovens, o que se observa são práticas punitivas e normalizadoras por parte de gestores e técnicos operacionalizadores de políticas públicas voltadas a garantia de direitos para esse público.

As recomendações do estudo incluíram a proteção das famílias vítimas de violência; a qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios; o controle do uso e circulação de armas de fogo; a busca ativa para a inclusão de adolescentes no sistema escolar; a promoção de oportunidades de aprendizagem e inclusão no mercado de trabalho formal; a formação de policiais em direitos da criança e do adolescente para garantir abordagens adequadas; e o controle externo da atividade policial.

Por fim, a apresentação destacou a necessidade de políticas públicas e ações que abordem de maneira efetiva a violência que atinge adolescentes e jovens, especialmente em comunidades vulneráveis, indicando a prevenção, educação e inclusão social como o caminho para interromper o ciclo de violência e criar trajetórias de vida mais promissoras para os(as) adolescentes e jovens.

A palestra "Socioeducação se faz com educação e integração" e a apresentação da pesquisa "Trajetórias Interrompidas" ressaltaram a necessidade imperativa de um sistema socioeducativo mais integrado com as demais políticas públicas, para assim ser capaz de enfrentar os desafios sociais complexos, sobretudo ao que se refere a violação de direitos e violências, e proporcionar a garantia dos direitos de adolescentes e jovens.

#### **4.4 No chão da socioeducação | Roda de conversa com profissionais**

A Roda de Conversa "*No chão da socioeducação*", aconteceu no terceiro e último dia do IV Encontro Regional, e contou a ampla participação de profissionais e da sociedade civil, que acompanhavam o evento nas modalidades presencial e virtual. Conduzido pela representante do Ministério da Saúde, o momento foi marcado por diversas contribuições e sugestões de qualificação do atendimento socioeducativo da região Nordeste.

Os(as) profissionais abordaram a importância de uma abordagem integrada e intersetorial entre os atores da política socioeducativa. Foi apontado também a necessidade da integração operacional entre os(as) profissionais que realizam o atendimento direto dos(as) adolescentes e jovens, como socioeducadores(as) e técnicos(as).



*Ainda há muita divisão e se não houver uma política que faça essa integração operacional dentro das unidades para ver se sobe, a gente não vai para lugar nenhum.*

**Sr. Antônio - servidor do sistema socioeducativo**

Foi evidenciado também a importância do acesso à educação pelos adolescentes e jovens em cumprimento da medida socioeducativa para a concretização da socioeducação, sendo necessário considerar a matrícula e a frequência escolar para a garantia do direito a educação. A discriminação e a estigmatização dos(as) adolescentes e jovens foi apontada como um dos desafios para o acesso à educação após o cumprimento de medida socioeducativa.

Apontou-se a essencialidade da participação da sociedade civil nas tomadas de decisões, e nas políticas públicas voltadas aos jovens que estão no sistema socioeducativo.



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

As violências contra adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa dentro dos centros socioeducativos também foi abordada, sendo apontado como uma realidade contrária a proposta de socioeducação, uma vez que o caráter punitivista sobrepõe-se ao educacional, trazendo inúmeras consequências negativas para o desenvolvimento desses(as) sujeitos(as). A violência de gênero foi apontado como uma realidade no sistema socioeducativo que deve ser pensada a partir da sua especificidade.

A discriminação e estigmatização dos(as) adolescentes e jovens foi apontada como um dos desafios para reintegração social, sobretudo ao que se refere ao acesso à educação após o cumprimento da medida socioeducativa.

Diversas contribuições apresentadas apontaram para a necessidade e urgência do apoio institucional do governo federal, por meio de políticas, recursos e infraestrutura



adequadas para garantir que os(as) profissionais que atuam no chão da socioeducação possam executar seu trabalho de maneira humanizada, eficiente, segura e transparente. Para os(as) profissionais, este apoio reflete o compromisso do governo com a proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, e é fundamental para a construção de um sistema socioeducativo que seja verdadeiramente transformador.

A Roda de Conversa foi fundamental para o compartilhamento de experiências, desafios e melhores práticas. As falas dos(as) participantes evidenciaram que o encontro regional representa uma oportunidade única para discutir estratégias que possam efetivamente responder às necessidades específicas da região, promovendo uma abordagem integrada. A troca de saberes entre os profissionais, aliada à análise dos dados do SINASE, propicia um aprofundamento no entendimento das realidades locais e fomenta o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e alinhadas com o contexto socioeducativo nordestino.



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

#### 4.5 Nada sobre eles(as), sem eles(as) | Roda de conversa com adolescentes

A segunda Roda de Conversa teve como protagonistas adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no estado da Paraíba. "Nada sobre eles(as) sem ele(as)" representa o princípio fundamental de participação e respeito às vozes de adolescentes e jovens, em especial no contexto da socioeducação. Ao todo foram 9 (nove) participações de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no estado da Paraíba, e o momento foi conduzido pela Ana Luíza Lemos Serra, representante do Ministério da Saúde, que adotou uma dinâmica interativa entre o público e os(as) adolescentes.

Ao serem perguntados acerca de suas perspectivas de futuros e sonhos, os(as) adolescentes compartilharam diversas perspectivas futuras.



Acerca do acesso ao direito à saúde nas unidades socioeducativas, os(as) adolescentes apontaram que são escassos os atendimentos em saúde. Compartilharam também que a estrutura das unidades acarretam prejuízos em sua saúde, devido a presença de mofo, entupimento de ralos dos banheiros, goteiros que acarretam o vazamento de água da chuva, por exemplo.

*Poder sair do sistema para dar o melhor para mim e para minha família*

Fala de dolescente em cumprimento de medida socioeducativa na Paraíba acerca de seus sonhos

Durante a roda, a representante do MDHC, Mayara Souza, conduziu uma dinâmica com os(as) adolescentes, que consistiu em uma simulação de uma audiência de reavaliação da medida socioeducativa, em que um(a) adolescente ocupava o lugar do juiz e o outro de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. A dinâmica permitiu que os(as) adolescentes compartilhassem sua visão acerca da política socioeducativa, apontando o que é necessário para que a socioeducação seja efetiva e o que desejam após o cumprimento da medida socioeducativa, em que a educação e profissionalização foram destacados como caminhos para a reintegração social.

A roda de conversa propiciou a participação ativa de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, compartilhando suas realidades no sistema socioeducativo e propondo melhorias para a garantia de uma socioeducação efetiva. Desse modo, a escuta qualificada das questões apresentadas pelos(as) adolescentes e jovens é essencial para garantir que a perspectiva educativa e restaurativa da socioeducação sejam concretizadas.

*Todo essa tempestade vai passar, o tempo ruim vai passar, e eu quero estar na faculdade ou na especialização. Fazendo meu curso e conquistando meus sonhos, é tudo que eu quero. Meu sonho é cursar medicina*

Fala de dolescente em cumprimento de medida socioeducativa na Paraíba acerca de seus sonhos

*Eu sonho em ser arquiteto. Também penso em cursar medicina. Quero esquecer que tudo isso já passou na minha vida e dar orgulho para a minha família.*

Fala de dolescente em cumprimento de medida socioeducativa na Paraíba acerca de seus sonhos

#### 4.6 Encerramento do Encontro IV Regional SINASE Pra Valer!



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

O encerramento do IV Encontro do projeto **SINASE Pra Valer!** foi marcado por reflexões necessárias, mas também por celebrações com o retorno da discussão pública e qualificada sobre a Política de Atendimento Socioeducativo. Além das solenidades e agradecimentos, a finalização do evento também contou com uma programação cultural.

Adolescentes do Centro Socioeducativo Padre Cícero, do estado do Ceará, prepararam uma apresentação cultural especial para o público do encontro regional. O grupo apresentou a peça teatral "Casulo de Gente", dirigida por Cristiano Ramos, professor de teatro do CS Padre Cícero, que abordou temas como racismo e violência de gênero. Com um extenso histórico de apresentações especiais nas cidades de Fortaleza e Cariri, o grupo finalizou o mês de setembro com a sua participação no evento **SINASE Pra Valer!**.

Com aproximadamente 30 (trinta) minutos de duração e muita emoção, mais que uma apresentação cultural, o momento demonstrou o poder da arte e da cultura para a socioeducação de adolescentes e jovens.

Por fim, a mesa de encerramento foi composta pelas seguintes representações dos Ministérios parceiros, autoridades locais, representantes dos Ministérios parceiros, autoridades locais e entidades apoiadoras do projeto:

- Cláudio Augusto, Secretário Nacional dos Direitos da Criança (MDHC)
- Ana Luísa Lemos Serra, Assessora Técnica da Coordenação de Acesso e Equidade, do Ministério da Saúde (MS);
- Ana Carla Costa Rocha, Coordenadora-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);



- Regina Afonso, diretora geral da FUNDAC e membro da diretoria executiva do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Romero Marcelo, Desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba;
- Márcia Betânia Casada e Silva Vieira, Conselho Nacional do Ministério Público e;
- José Geraldo Rodrigues Júnior: Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais.

Em vídeo enviado para o encerramento do evento, o governador da Paraíba, João Azevêdo, agradeceu ao MDHC pela escolha do estado para sediar o encontro e, declarou:



*Espero que esses dias tenham sido proveitosos para troca de experiências e de conhecimento nas práticas de ressocialização e assistência social. Aqui na Paraíba essa pauta tem recebido toda a nossa atenção e esse encontro é de fundamental importância para que vocês possam contribuir conosco.*

João Azevedo.



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Por fim, a mesa de encerramento ressaltou a necessidade de um intercâmbio permanente com o Governo Federal, visando avançar na implementação de práticas socioeducativas cada vez mais eficientes e benéficas para a reintegração harmoniosa de jovens e adolescentes na sociedade.



## V ENCONTRO REGIONAL SINASE PRA VALER! REGIÃO NORTE

### 5. Panorama Geral

Tabela 6: Dados gerais do V Encontro Regional - Região Norte  
Dados gerais do I Encontro Regional - Região Norte

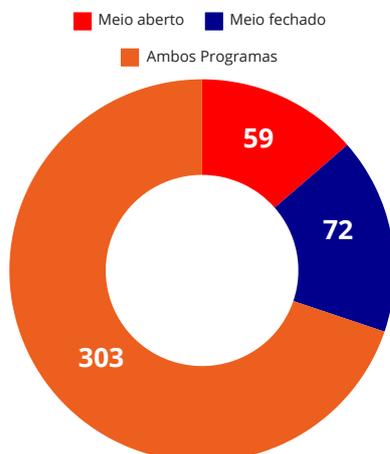


24, 25 e 26 de outubro  
Auditório Fórum Cível Advogado Sobral Pinto  
Roraima/Boa Vista

434 pessoas inscritas

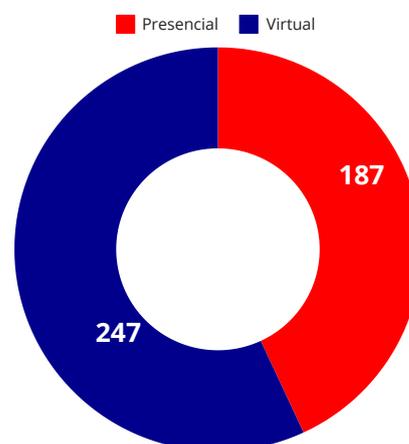
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Gráfico 13: Interesses por programas -  
Região Norte



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Gráfico 14: Meio de participação -  
Região Norte



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### Estados que tiveram inscrições:



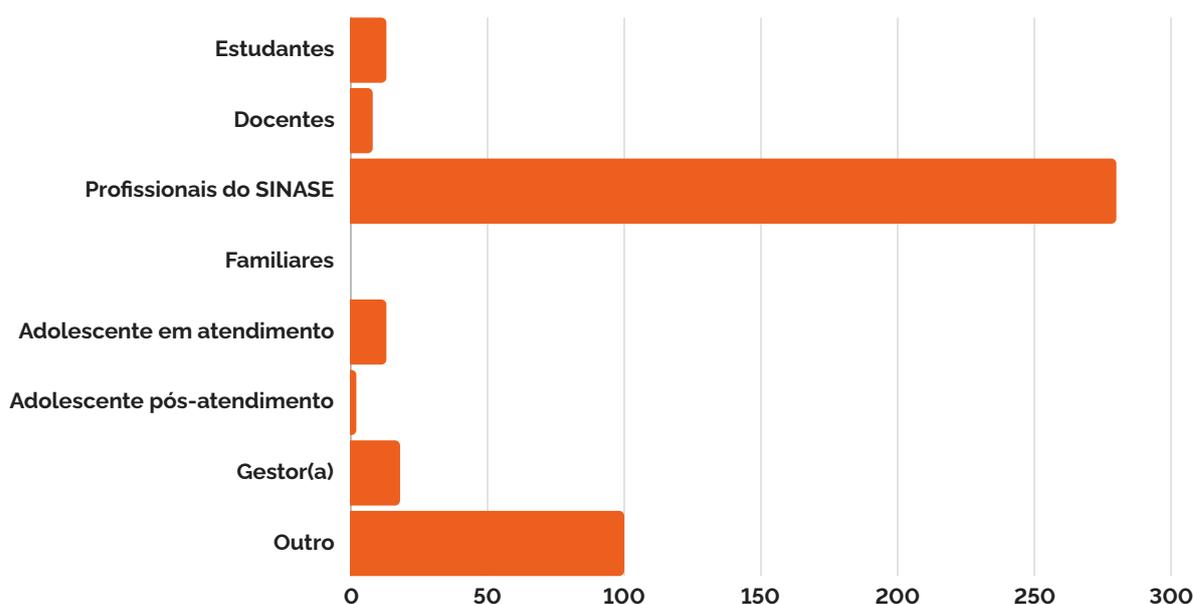
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### Atores do SGDCA com maior participação:

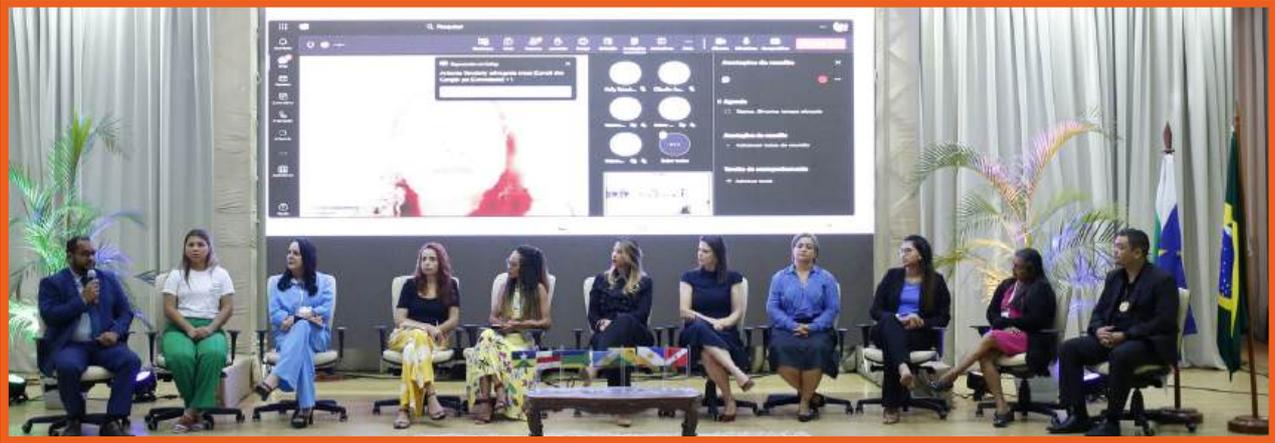


Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

**Gráfico 15:** Perfil do público participante - Região Norte



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

## 5.1 Abertura do Encontro II Regional SINASE Pra Valer!

O V e último encontro **SINASE Pra Valer!** ocorreu na Região Norte do Brasil, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2023, em Boa Vista, capital do estado de Roraima - RR. A Região Norte do Brasil é composta por sete estados, sendo eles: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Tocantins (TO). O Norte abrange 45,26% do território nacional, representando a maior extensão territorial do país, contabilizando 3.870.000 km<sup>2</sup>, com uma população de 17.834.762 milhões de habitantes, segundo o IBGE (2022).

De acordo com o Levantamento Anual do SINASE 2023, a região Norte atende **646 adolescentes e jovens** no meio fechado, sendo a quarta maior região do país no atendimento socioeducativo de restrição e privação de liberdade.

Necessário também destacar que a adoção do modelo híbrido para a realização dos eventos possibilitou maior alcance e participação da sociedade no I Encontro **SINASE Pra Valer!**, foram **434 pessoas inscritas, sendo 187 para a modalidade virtual e 247 para a modalidade presencial**. O evento contou a presença de autoridades do Poder Executivo Federal e Estadual e do Poder Judiciário. A mesa de abertura foi composta por representantes dos Ministérios parceiros e dos programas estaduais de atendimento socioeducativo do meio aberto e do meio fechado, com as seguintes participações:

- Cláudio Augusto Vieira da Silva, Secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDHC)
- Mayara Silva de Souza, Coordenadora Nacional de Políticas Públicas Socioeducativas (MDHC);
- Caroline Moraes, Assessora técnica da Coordenação de Acesso e Equidade (MS);



- Ana Carla Costa Rocha, Coordenador(a)-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersectoriais (MDS);
- Claudia Borges, Diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (MEC);
- Jaira Magalhães, Coordenadora Geral de Projetos Estratégicos da Diretoria de Prevenção e Reinserção social (MJSP)
- Ana Rosa Garcia, da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do estado do Acre;
- Carmen Suely, da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do estado do Pará
- Tânia Soares, da Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social do estado de Roraima;
- Rarison Richar Santiago Pinto, da Secretaria Estadual de Assistência Social do estado do Amapá;
- Nathalia Cortez Diógenes, da Secretaria Municipal de Gestão Social do estado de Roraima;
- Eduardo Garcez de Oliveira, da Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social do estado do Amapá;
- Zeroildes Miranda, da Secretaria Estadual da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins;
- Antônio Francisco Gomes Silva, da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social do estado de Rondônia.

A presença destas autoridades simbolizou a união e a colaboração dos entes, sendo essenciais para abordar de maneira efetiva as complexidades do sistema socioeducativo. Na oportunidade a Coordenação-Geral de Políticas Públicas Socioeducativas da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) declarou:



*São objetivos estratégicos fomentar ações de integração entre os programas de atendimento no meio aberto e fechado; receber contribuições para a retomada dos levantamentos de dados e informações sobre o Sistema Socioeducativo em âmbito nacional; a revisão e atualização do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o Sinase; e a avaliação e monitoramento das Políticas Socioeducativas.*

Mayara Souza - CG. SINASE/SNDCA/MDHC



A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDHC) apontou a importância de discutir a política socioeducativa a partir de sua perspectiva psicopedagógica e social, sendo necessário uma articulação conjunta entre todos(as) os(as) atores(as) da política socioeducativa para sua efetivação.





**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

A Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes), por sua vez, ressaltou a importância da iniciativa do Governo Federal em promover os encontros regionais do SINASE, destacando como um mecanismo vital para a integração e aprimoramento das políticas públicas no âmbito do sistema socioeducativo. Apontou também como esses encontros facilitam o intercâmbio de conhecimentos, estratégias e boas práticas entre os diferentes estados, suas localidades e, de forma mais ampla, das regiões do país



*O encontro do SINASE Pra Valer permite uma maior integração e uma ótima qualificação das políticas públicas referentes ao sistema socioeducativo em nosso estado e demais regiões do Brasil*

Tânia Soares



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

As demais autoridades, elucidaram que os encontros do SINASE não se resumem a reuniões informativas, mas constituem-se como plataformas de colaboração ativa, onde ideias inovadoras e soluções eficazes são compartilhadas e discutidas. Os encontros confluem esforços na superação de desafios comuns, como a necessidade de recursos adequados, estratégias eficientes de reabilitação social e a formação contínua de profissionais. As declarações apresentadas na inauguração do evento sublinharam a relevância de aprender com as abordagens de outros estados, gerando um impacto significativo na qualidade do serviço socioeducativo oferecido aos(as) adolescentes e jovens do norte.





Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

## 5.2 Painel das Políticas Estaduais para o atendimento socioeducativo na Região Norte

No decorrer do encontro **Sinase Pra Valer!**, cada estado da federação teve a chance de expor um panorama abrangente dos serviços e iniciativas socioeducativas. As exposições, incluindo diagnósticos específicos de cada localidade, enriqueceram as discussões para o aprimoramento no contexto do SINASE, apresentando propostas e estratégias para a integração entre os Sistemas de Atendimento Socioeducativo Estaduais e Municipais. Estiveram presentes neste segmento os(as) gestores(as):

- Hugo Adermes Borici Vissotto, Gestor Estadual do Atendimento Socioeducativo em meio fechado do estado de Roraima;
- Mário Cesar Souza de Freitas, Presidente do Instituto Socioeducativo do estado do Acre;
- Ana Rosa Garcia Pinto, Chefe da Divisão de Média Complexidade da Secretaria de estado de Assistência Social e Direitos Humanos do estado do Acre;
- Luiz Eduardo Garcez de Oliveira, Diretor Presidente da Fundação da Criança e Adolescente do estado do Amapá;
- Antonio Francisco Gomes Silva, Presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo do estado de Rondônia;
- Jean Mendonça dos Santos, chefe do departamento de atendimento socioeducativo do estado do Amazonas;
- Carlos Alberto de Andrade Rodrigues Junior, Presidente da Fundação de atendimento Socioeducativo do estado do Pará;
- Carmen Suely Pinheiro de Oliveira, da Coordenadoria e Proteção Social Especial



de Média Complexidade do estado do Pará;

- Zeroildes Souza Miranda, Superintendente da Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado do Tocantins; e
- Ane Dímina Santos Rubins, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do estado do Tocantins.

A apresentação acerca do sistema socioeducativo em meio fechado de Roraima relatou a transformação estrutural da referida política no estado, ilustrada pelas mudanças no organograma organizacional, na atualização dos levantamentos e no número de unidades e centros de atendimento ao longo dos anos. Foi apontado que o estado em questão concentrou-se na melhoria contínua da qualidade do atendimento, refletida na introdução de novos projetos e programas destinados a apoiar os(as) adolescentes e jovens durante e após o cumprimento de suas medidas socioeducativas. Projetos como "Artesanato", "Aprendizagem na Medida" e "Capacitação Profissional" foram apresentados como estratégias que visam fornecer habilidades práticas e oportunidades educacionais e de empregabilidade aos(as) adolescentes e jovens atendidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

A apresentação contou também com os índices de reincidência, em que foi demonstrado uma tendência de redução ao longo dos anos.

A apresentação do sistema socioeducativo do estado do Acre contou com uma visão detalhada dos dados demográficos e estatísticos dos(as) adolescentes e jovens atendidos(as), incluindo faixas etárias, tipos de atos infracionais cometidos e o território dos(as) adolescentes e jovens. Foi destacado que a análise detalhada dos dados oferece uma com-



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



preensão mais profunda dos desafios e avanços no contexto do estado, evidenciando a importância de abordagens personalizadas e baseadas em evidências na operacionalização da socioeducação.



*Além de compartilhar as boas práticas realizadas no Estado de Roraima, onde somos umas das referências na Política de Socioeducação em todo Brasil, podemos também dividir experiências com os outros estados e contextualizar a situação dos sete estados da região Norte.*

Hugo Vissotto.



O Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do estado do Pará, expôs em sua apresentação as capacidades de atendimento e a distribuição territorial das unidades socioeducativas. São destacadas as capacidades de atendimento em semiliberdade (65 vagas) e internação (353 vagas), com uma distribuição detalhada de unidades por regiões de integração, especificando a faixa etária e o gênero.

Os(as) demais gestores(as) abordaram a crescente presença e influência de facções criminosas na região Norte do Brasil, e como esta situação tem acarretado desafios substanciais no âmbito da socioeducação. Segundo as exposições, a infiltração de práticas e normas de conduta destas facções compromete a segurança e a integridade tanto dos(as) adolescentes quanto dos(as) profissionais inseridos(as) na política socioeducativa. Foi apontado que esse fenômeno demanda uma análise aprofundada para compreender os desafios enfrentados e as estratégias necessárias para uma intervenção socioeducativa.

Por fim, os(as) gestores(as) estaduais também apontaram a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo segurança, educação, saúde mental e assistência social, como fundamentais para a elaboração de planos que possam promover a ressocialização e reintegração de adolescentes e jovens.



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



**Fonte:** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



### 5.3 No chão da socioeducação | Roda de conversa com profissionais

A Roda de Conversa “No chão da socioeducação”, aconteceu no terceiro e último dia do V Encontro Regional, e contou a ampla participação de profissionais que acompanhavam o evento nas modalidades presencial e virtual.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

“Precisamos pensar na ampliação de profissionais do corpo técnico nos parâmetros do SINASE”

“As unidades de atendimento socioeducativo na Região Norte enfrentam questões de acesso e recursos limitados, o que impacta diretamente a implementação efetiva de programas e serviços de atendimento.”



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

A realidade da socioeducação na Região Norte do Brasil, como evidenciado no Levantamento Anual do SINASE 2023, apresenta desafios únicos, impulsionados pelas características geográficas, culturais e por fenômenos de violência específicos da região.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Na roda de conversa, profissionais destacaram que a diversidade cultural e as realidades socioeconômicas distintas das diversas localidades da região exigem abordagens adaptadas e sensíveis ao contexto local para atender às necessidades dos(as) adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Adicionalmente, conforme o apontado, a heterogeneidade cultural exige dos(as) profissionais sensibilidade e adaptabilidade específicas para lidar com as diversas realidades sociais e culturais dos(as) adolescentes e jovens. A roda de conversa apontou a insuficiência de cursos e atividades formativas sobre as diferenças étnicas, culturais e sociais, o que afeta a adaptação das práticas socioeducativas, que devem ser relevantes e eficazes para cada contexto específico.

Para os(as) profissionais, a redução significativa no número de adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas não se traduziu em melhorias nas condições de atendimento. Problemas persistentes incluem maus tratos, pouca evolução educacional dos atendidos e condições precárias de trabalho para os(as) profissionais.

Outro desafio é a necessidade de integração entre programas em meio aberto e meio fechado, apontando que isso impacta significativamente a prestação de atendimento e serviços aos(as) adolescentes e suas famílias.

Neste contexto, a Roda de Conversa com profissionais da socioeducação da região Norte emergiu como um espaço essencial para o diálogo, troca de experiências e formulação de estratégias coletivas que atendam às necessidades específicas da região. Segundo os participantes, este momento proporcionou uma oportunidade para a reflexão sobre as práticas atuais, discussão de desafios compartilhados e a busca por soluções eficazes, pontos importantes para fortalecer o sistema socioeducativo da região Norte.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

## 5.4 Nada sobre eles(as), sem eles(as) | Roda de conversa com adolescentes



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Protagonizada por adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de meio fechado, a roda de conversa *"Nada sobre eles(as), sem eles(as)"* contou com a participação de 09 (nove) adolescentes e foi conduzida pela Coordenadora-Geral de Políticas Públicas Socioeducativas, Mayara Souza. A mediação da segunda roda do V Encontro Regional **Sinase Pra Valer!** apresentou uma dinâmica interativa e acolhedora entre o público participante e os(as) integrantes da mesa.

No primeiro momento, realizou-se uma apresentação coletiva de cunho pessoal dos componentes da roda seguida por uma mensagem que transmitisse uma ideia e/ou reflexão que os próprios adolescentes e jovens gostariam de ouvir e compartilhar com os(as) demais colegas. Entre as falas abordaram-se as temáticas de projetos de vida e futuro, tais como:



*Ninguém é melhor que ninguém, todo mundo é igual. O seu sonho você não tem que jogar fora, você precisa segurar o seu sonho*

Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado em Roraima



*Você é capaz de tudo. E, tudo nessa vida é possível. Estamos construindo um futuro melhor*

Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado em Roraima



As contribuições do público que estava assistindo a roda chamaram atenção para a importância de um ambiente socioeducativo que enfatize o desenvolvimento pessoal e profissional, juntamente com o apoio contínuo após o cumprimento de medida socioeducativa, visando a sua reintegração na sociedade de forma positiva e construtiva.

As participações e falas de familiares inseridos(as) no sistema socioeducativo destacaram o comprometimento com o acompanhamento dos(as) adolescentes e jovens. Ressaltou-se a importância das visitas de familiares, do afeto, do acolhimento e do apoio emocional para a concretização da socioeducação. Segundo os(as) familiares essa atenção faz-se fundamental pois a sociedade ainda reproduz a estigmatização da socioeducação.

Os(as) socioeducandos expressaram emoção e reforçaram o papel de seus(suas) familiares em sua jornada, destacaram que os caminhos percorridos também se apresentaram como uma oportunidade de amadurecimento. Os(as) adolescentes e jovens também demonstraram preocupação com seus futuros e relataram a necessidade de mais programas educacionais e de profissionalização adaptados às suas realidades e interesses.

*Quero orgulhar a minha família, ter uma profissão, ser bom em algo e gostar do que eu faço. Precisamos de ajuda para nos achar profissionalmente*

Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado em Roraima

No decorrer do debate também destacou-se a importância dos programas de apoio à saúde mental e física, a inclusão e intensificação de serviços de aconselhamento, atividades de promoção de saúde e espaços de fala. A Coordenadora-Geral de Políticas Públicas Socioeducativas apontou que esses serviços devem ser integrados ao cotidiano das medidas socioeducativas, oferecendo suporte contínuo que possa ajudar os jovens a superar traumas, gerenciar emoções e construir um futuro saudável.

*Nada é mais importante que a sua liberdade, o seu bem-estar, a sua saúde mental. E, nesse sentido eu gostaria de deixar um adendo, um apelo sobre o acompanhamento psicológico, nós precisamos muito disso, a política precisa pensar nisso.*

Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado em Roraima



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

A roda de conversa foi encerrada destacando que a troca de experiências entre os(as) adolescentes e jovens contribuíram para uma maior compreensão de seus direitos e responsabilidades, incentivando uma participação ativa nos processos de reintegração social.

### 5.5 Encerramento do V Encontro Regional Sinase Pra Valer!

A mesa de encerramento do V Encontro **Sinase Pra Valer!** representou um momento de consolidação das discussões e estratégias debatidas durante o evento. A composição da mesa reuniu para as considerações finais as respectivas autoridades:

- Cláudio Augusto Vieira da Silva, Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
- Ana Luiza Lemos, Assessora técnica da Coordenação de Acesso e Equidade, do Ministério da Saúde (MS);
- Claudia Borges, Diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (MEC)
- Caroline Moraes, Assessora técnica da Coordenação de Acesso e Equidade, do Ministério da Saúde (MS),
- Jaira Magalhães, Coordenadora Geral de Projetos Estratégicos da Diretoria de Prevenção e Reinserção social (MJSP);
- Ana Carla Costa Rocha, Coordenador(a)-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais (MDS);
- Romina Carmen Brito Carvalho, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- Paulo Thadeu Franco das Neves, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Mayara Silva de Souza, Coordenadora Nacional de Políticas Públicas Socioeducativas (MDHC);
- Iberê Ferreira da Silva Junior, do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras de Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Os membros refletiram sobre a diversidade e a multidisciplinaridade necessárias para abordar as complexidades do sistema socioeducativo. Ressaltaram que o encontro cumpriu um importante papel ao assegurar um alto nível de elaboração com diversidade de perspectivas para entender a amplitude dos desafios e oportunidades dentro do sistema socioeducativo na região Norte.

As falas também reiteraram o compromisso com a melhoria contínua do sistema socioeducativo. Houve o reconhecimento da necessidade de fortalecer as políticas existentes e de desenvolver novas estratégias para enfrentar os desafios identificados ao longo do encontro. As discussões abordaram temas como a necessidade de recursos adequados, a implementação de estratégias eficientes de



ressocialização e a importância da formação contínua de profissionais. Esses elementos foram apontados como fundamentais para garantir que os serviços prestados aos(as) adolescentes e jovens sejam educativos e transformadores.

A Coordenação-Geral de Políticas Públicas Socioeducativas, ao mediar a mesa de encerramento, destacou a importância do evento na construção de um diálogo aberto, crítico e produtivo entre os diferentes atores envolvidos na socioeducação.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

A gratidão expressa no fechamento do evento não apenas reconheceu os esforços de todos os participantes, mas também enfatizou a necessidade de manter o ímpeto e o comprometimento no aprimoramento contínuo do sistema socioeducativo.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

A mesa de encerramento do V Encontro **Sinase Pra Valer!** apontou, portanto, que o evento consistiu em um passo significativo em direção a um sistema socioeducativo mais integrado e eficaz na região Norte do Brasil.



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)



## PERSPECTIVAS FINAIS

Em que pese constituída em bases firmadas na Constituição Federal (Brasil, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo no Brasil tem sido impactada pela limitação de investimentos desde a sua constituição. A escuta das diversas redes socioeducativas em cada uma das 5 (cinco) regiões do país, a partir da realização dos encontros regionais no âmbito do projeto SINASE Pra Valer! no ano de 2023, evidenciou que a superação deste contexto de baixo investimento, que é histórico, mas se aprofundou nas Gestões Federais entre 2016 a 2022, necessita de esforços coletivos de todas as entidades, políticas setoriais e sistemas que compõem o Sistema Socioeducativo de maneira prioritária e emergencial.

Ao final, foram realizadas 46 atividades ao longo de todos os encontros, dentre elas: apresentações culturais, mesas de abertura com autoridades nacionais e locais, apresentações das políticas e ações nacionais, exposições de todas as políticas socioeducativas estaduais, rodas de conversas com a participação de profissionais de todas as áreas e categoriais profissionais, visitas aos programas de atendimento de meio aberto e fechado, palestras com especialistas em socioeducação, rodas de conversas com adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo em todas as modalidades de atendimento e mesas de encerramento com participação de representantes de entidades representativas nacionais de referência na socioeducação.

A realização de todas as atividades ao longo dos Encontros Regionais revelaram que as perspectivas atuais e futuras para a reestruturação, fortalecimento e qualificação da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo parte obrigatoriamente das seguintes ações:

- a) escuta ativa e frequente de adolescentes, jovens, familiares e profissionais;
- b) ações integradas e estruturadas, entre as políticas nacionais e territoriais, com fluxos e diretrizes flexíveis as realidades locais;
- c) investimento prioritário em ações e estratégias que afirmem a natureza pedagógica e social do atendimento socioeducativo;
- d) o reconhecimento dos direitos humanos e fundamentais de todas as pessoas que compõem as comunidades socioeducativas.

Desta forma, é possível afirmar que cada um dos 5 (cinco) encontros contribuiu significativamente para o processo de retomada, fortalecimento e qualificação do Sistema Socioeducativo. Diversas contribuições apresentadas, como é possível iden-



tificar ao longo deste Relatório, a partir de práticas e ações já consolidadas, mas também de experiências inovadoras, o que revela a política pública socioeducativa como um espaço rico de possibilidades para alto investimentos pedagógico-social baseado nas perspectivas de direitos humanos.

Os resultados dos encontros regionais foram marcados pela ampla e diversa participação ativa das redes socioeducativas dos diversos setores governamentais e não governamentais que compõe a política socioeducativa, cada evento consolidou-se como um fórum formativo e multiplicador para a promoção de uma abordagem intersetorial, colaborativa e democrática na socioeducação, em confluência com um objetivo em comum; a promoção de práticas socioeducativas convergentes aos princípios dos Direitos Humanos, e ao estipulado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os encontros disseminaram, ainda, as diversidades e semelhanças dos desafios enfrentados para a implementação da política socioeducativa, tendo como principais temas de discussão a educação, saúde mental, cultura, arte, esporte, profissionalização, valorização e autonomia profissional, violência institucional, tortura, segurança, racismo estrutural, cofinanciamento, convivência familiar e comunitária e protagonismo de adolescentes e jovens.

As ações e articulações apresentadas ao longo dos encontros sinalizam o comprometimento coletivo com a qualificação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), este por sua vez reflete tanto o processo de construção do projeto SINASE Pra Valer! quanto os potentes resultados obtidos pelo intenso intercâmbio de ideias e estratégias ao longo de todos os encontros.

Em conclusão, a divulgação deste Relatório, além de cumprir o princípio da publicidade, dando transparência às ações realizadas, e o dever de contribuir para a qualificação e ação em rede dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo, busca recolocar o Governo Federal no espaço essencial e estratégico de formulação e coordenação da execução da política nacional de atendimento socioeducativo como estabelece o artigo 3º da Lei 12.594 de 2012.



## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Pamela Karem Zaparolli. **Jovens em conflito com o Estado: etnografias da reinserção escolar nas medidas socioeducativas**. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020, 129 f.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos., CONANDA, 2006. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/sinase\\_integra.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/sinase_integra.pdf)

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília: 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.082 de 23 de maio de 2014**. Redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI). Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082\\_23\\_05\\_2014.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html).



BRASIL. **Resolução n. 171, de 04 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016. **Define diretrizes nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.** Brasília: CNE, 2016. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN32016.pdf?query=oferta](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32016.pdf?query=oferta).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. **Pnaisari: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei: instrutivo para a implantação e implementação da Pnaisari** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução CONANDA nº 233, de 30 de dezembro de 2022.** Estabelece diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2022.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de dados do SINASE - 2023.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/17\\_49\\_45\\_295\\_Plano\\_NACIONAL\\_Socioeducativo.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/17_49_45_295_Plano_NACIONAL_Socioeducativo.pdf). Acesso em: 07 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.** ONU, 1959.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. ONU, 1989.**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinqüência Juvenil - Princípios de Riad. ONU, 1990.**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing. ONU, 1985.**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade - Regras de Havana. ONU, 1990.**

VIDAL, Alex da Silva. **TRAÇOS DE VIDA JUVENIS: rastros em escritas de jovens na socioeducação. 2022. 305 f.**



**MINISTÉRIO DOS  
DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA**

